

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
CURSO DE LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA

**LARISSA NIEWIEROWSKI**

**NOÉ E A HERANÇA COLONIAL EM *DEUS-DARÁ*,  
DE ALEXANDRA LUCAS COELHO**

PORTO ALEGRE  
2021

LARISSA NIEWIEROWSKI

**NOÉ E A HERANÇA COLONIAL EM *DEUS-DARÁ*,  
DE ALEXANDRA LUCAS COELHO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, pela Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Professor Orientador: Dr. Paulo Ricardo Kralik Angelini

Porto Alegre  
2021

LARISSA NIEWIEROWSKI

**NOÉ E A HERANÇA COLONIAL EM *DEUS-DARÁ*,  
DE ALEXANDRA LUCAS COELHO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Licenciatura em Letras –  
Língua Portuguesa, pela Escola de  
Humanidades da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul.

Professor Orientador: Dr. Paulo Ricardo  
Kralik Angelini

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Ms. Andreia Scheeren

---

Profa. Dra. Moema Vilela Pereira

Porto Alegre  
2021

Este Trabalho de Conclusão de Curso é dedicado aos meus pais, Marina e Gilberto, e a minha irmã, Andressa, por terem sempre apoiado minhas lutas e acreditado em mim quando nem eu mesma pude acreditar.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que um dia olharam nos meus olhos e disseram que eu jamais poderia ter um estudo de qualidade e de nível superior por ter vindo da escola pública e de uma família trabalhadora e humilde. O desincentivo de vocês quanto a minha escolha de carreira só serviu para eu me tornar mais forte e deixaram-me apta para, como professora, formar seres críticos, que poderão seguir seus sonhos como eu segui os meus.

Agradeço à minha família, àqueles que estiveram perto e viveram comigo o pior e o melhor dos meus dias, assim como meus amigos da faculdade. Sempre falávamos isso, mas é verdade: não teria conseguido sem vocês. Fui salva inúmeras vezes por cada um, sem vocês nem ao menos saberem disso.

Agradeço ao meu amor, Rafael, que entrou na minha vida bem no meio dessa bagunça acadêmica e pessoal. Sem nossas longas discussões sobre meu tema deste trabalho e as injustiças da vida, eu não teria escrito boa parte do que está aqui.

Agradeço também a Prof. Camila Bairros, que me deu aulas de História no fundamental. Seu jeito de dar aulas sempre com tanta vontade e animação, além do carinho que tem com os alunos, fizeram-me decidir sobre escolher a carreira docente.

Agradeço aos meus professores da faculdade, por todos os ensinamentos e empurrões no aprendizado. Guardo na mente e no coração a essência e a importância que cada um teve em minha vida profissional e também leitora. Ao meu Prof. orientador deste trabalho e dos meus anos na Iniciação Científica, Dr. Paulo Ricardo Kralik, que possibilitou que eu conhecesse *Deus-dará* e o mundo dos portugueses. Nunca esquecerei de tudo que aprendi e do quanto meus medos foram dissipando-se conforme eu ganhava experiência nas questões acadêmicas.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha avó Lídia. Apesar de não ter vivido para ver eu me formar no fundamental, médio e agora na faculdade, foi por ela que fiz tudo o que fiz e segui meu coração. Nos momentos difíceis, ela quem me segurou e me guiou. Sei que o meu sonho era também o dela.

“Não se pode sufocar a verdade para sempre,  
alguma hora ela vem à tona.”  
Cassandra Clare (*Os Instrumentos Mortais*)

## RESUMO

Esta pesquisa foi realizada a partir da leitura do livro *Deus-dará*, de Alexandra Lucas Coelho. Nela, analisou-se a violência brasileira contemporânea como resultado da colonização portuguesa, utilizando a personagem Noé como representação. Os objetivos são identificar, na trajetória da personagem, os diferentes tipos de violências e desigualdades; e relacionar o contexto histórico do Brasil à vida que ela possui. No embasamento teórico, utilizou-se nomes que escreveram a respeito do colonialismo, pós-colonialismo e da violência e segurança pública, como: Gilberto Freyre, Boaventura Sousa Santos, Sérgio Adorno, Lilia Schwartz, Hannah Arendt, dentre outros. Concluiu-se que Noé representa a herança colonial, pois isso pode ser visto na característica de ser mestiça e empobrecida, nas violências simbólicas, institucionais, estruturais e outras que sofre, assim como no local onde mora, nas relações de trabalho, amizades etc. Além disso, com ela, há a menção às classes baixas e periféricas, às opressões cometidas pelo Estado, que perpetua o sistema colonizador, às favelas, às impunidades e, principalmente, às questões históricas da escravização no Brasil, que permitiram o estudo do livro através do viés pós-colonial; do mesmo modo, o colonialismo perdura na sociedade brasileira, impacta a vida e as escolhas de Noé e das pessoas a sua volta de forma negativa.

**Palavras-chave:** violência; pós-colonialismo; literatura portuguesa; Rio de Janeiro; Alexandra Lucas Coelho.

## ABSTRACT

This research was realized through the reading of the book *Deus-dará*, by Alexandra Lucas Coelho. In it, the contemporary Brazilian violence as a result of the Portuguese colonization was analyzed, using the character Noé as a representation. The objectives are to identify, in the character's trajectory, the different types of violence and inequalities; and relate Brazil's historical context to the life she has. In the theoretical basis, names who wrote regarding colonialism, post-colonialism and violence and public safety were used, such as: Gilberto Freyre, Boaventura Sousa Santos, Sérgio Adorno, Lilia Schwartz, Hannah Arendt, among others. It was concluded that Noé represents the colonial heritage, as this can be seen in the characteristic of being multiracial and poor, in the symbolic, institutional, structural and other violence she suffers, as well as in the place where she lives, in work relationships, friendships, etc. In addition, with her, there is the mention of the lower and peripheral classes, the oppressions committed by the State, which perpetuates the colonizing system, the slums (favelas), the impunity and, above all, the historical issues of enslavement in Brazil, which allowed the study of the book through the postcolonial bias; in the same way, colonialism persists in Brazilian society, impacts the life and choices of Noé and the people around her in a negative way.

**Keywords:** violence; postcolonialism; Portuguese literature; Rio de Janeiro; Alexandra Lucas Coelho.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>VIOLÊNCIA, COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO.....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>ONDE O PASSADO E O PRESENTE SE ENCONTRAM EM <i>DEUS-DARÁ</i>.....</b>	<b>26</b>
3.1	SETE DIAS NA VIDA DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO, OU O APOCALIPSE SEGUNDO.....	26
3.2	A SEGUNDA ABOLIÇÃO.....	31
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Qual o sentido de pensar o pós-colonialismo brasileiro a partir de uma obra de Literatura Portuguesa? Respondo que *Deus-dará*, objeto desta pesquisa, é essencialmente muito mais brasileiro do que português. Como a própria autora, Alexandra Lucas Coelho, denomina: é um livro transatlântico. Com a leitura dele, surgiram-me curiosidades: de que forma a desigualdade e a violência brasileira estão representadas no livro? Quais tipos de violência predominam? Como a colonização está relacionada a esses problemas da sociedade brasileira? Todas elas são a respeito da origem fundadora do Brasil e sua ligação com as violências. Dessa forma, este trabalho é pautado na busca por informações que supram esses questionamentos, através da personagem Noé e suas relações.

*Deus-dará* quebra a barreira entre colonizador e colonizado, pois seu narrador pertence a ambos os espaços. De forma crítica, a narrativa assume o impacto negativo e violento que Portugal causou no Brasil de 1500 e que ainda reverbera na sociedade contemporânea brasileira. Negros, índios e mestiços continuam sofrendo pelas violências herdadas de um passado nem tão distante, enquanto Portugal ainda não reconhece sua responsabilidade. Com esse livro, Alexandra Lucas Coelho consegue mostrar a construção de um país que passou de colônia a independente, mas que não conseguiu evitar as consequências de séculos de exploração e dominação. Isso é mostrado em uma narrativa que faz uso tanto de fatos históricos e reais, quanto de ficção.

Antes de chegar nisso, do terceiro ao sétimo semestre do curso, fiz parte do projeto de Iniciação Científica “Reflexos de Brasil: Imagens de Brasil na Literatura em Língua Portuguesa do século XXI”, orientado pelo Prof. Dr. Paulo Ricardo Kralik, também meu orientador neste trabalho. Durante o projeto, li inúmeros livros escritos por autores de outros países falantes de Língua Portuguesa, sendo a maioria deles de Portugal. Meu papel era identificar as representações do Brasil e do brasileiro nessas obras; portanto, trabalhei com muitas fichas de citações ao Brasil. Ao longo do tempo, percebi algo que me chamou a atenção: a violência e a desigualdade brasileira são representadas na Literatura Portuguesa, embora não ocorra com muita frequência.

Dentro disso, o primeiro livro que li para esse projeto foi o da Alexandra, que me deixou curiosa por se passar no Rio de Janeiro contemporâneo e fazer um paralelo

entre passado e presente brasileiro. Interessei-me mais ainda quando comecei a notar o retrato que ela faz da violência brasileira como consequência estrutural e colonial. Além disso, um outro ponto muito importante é a história ser contada de forma não estereotipada, trazendo um Brasil diferente daquele que eu tinha lido na maioria dos outros livros do projeto. Livros em que o Brasil era retratado muito pejorativamente estereotipado. Inclusive, Alexandra morou no Brasil no período em que escreveu *Deus-dará*, assim, ela conseguiu ter uma visão de dentro, quase de uma brasileira, pois conheceu os pontos positivos e negativos do Rio de Janeiro. Seus personagens são verossímeis e são inseridos no contexto real do país, não somente em carnavais, festas com lindas mulheres e futebol.

Por gostar da forma como tudo é trabalhado no livro, minhas duas apresentações no Salão de Iniciação Científica da PUC-RS (2019 e 2020) foram sobre violência, com a primeira tendo foco total em *Deus-dará*. Também apresentei esse tema na Semana de Letras da PUC-RS de 2019. Pensando na desigualdade social brasileira como uma realidade construída ao longo dos anos e não como um fato isolado, algo que o livro me proporcionou, dei seguimento à pesquisa, desta vez, de forma mais aprofundada, para saber como a herança colonial se faz presente no texto. O projeto de quase um curso inteiro transformou-se, enfim, neste Trabalho de Conclusão de Curso. Outros livros da bolsa de pesquisa abordaram o tema da violência, mas nenhum o fez de forma completa, apenas a retratavam como um acontecimento isolado.

Entretanto, minha história com o tema da violência não começou ao ler esse livro, já que há muito tempo consumo conteúdos que exploram essa temática. Sempre questioneei o mundo no qual vivemos e o fato de nosso país apresentar tantas diferenças sociais e econômicas, além de raciais. Nesse sentido, os estudos coloniais permitiram-me buscar possíveis respostas para muitas das minhas perguntas, inclusive além das propostas para o trabalho. A principal delas é: não somos mais uma colônia, então por que repetimos os mesmos atos?

Assim, *Deus-dará*, com a perspectiva da herança colonial, uniu-se ao que eu já gostava de pesquisar e deu-me material para poder focar na representação da violência brasileira na Literatura Portuguesa, especificamente na obra analisada e na personagem Noé. Essa questão foi o norte do desenvolvimento do meu raciocínio e supriu a necessidade que eu sentia de conseguir externalizar e debater esse tema.

Conforme fui pesquisando sobre a sociedade brasileira, principalmente as questões relacionadas à desigualdade social, à marginalidade e aos tipos de violência, percebi como esse é um assunto delicado. Envolve um olhar sem preconceitos, uma análise diferente daqueles que alguns veem como meros “CPF’s que devem ser cancelados”. Além disso, tais violências são cometidas tanto por pessoas físicas quanto pelo Estado. Ao longo do envelhecimento do país, a onda de exclusão e marginalização dos grupos periféricos, negros, mestiços e indígenas aumentou, quando deveria ter diminuído. Por isso é importante pensar o país através de uma perspectiva pós-colonial e decolonial<sup>1</sup>. Qual a origem desses problemas? Quem alimenta a desigualdade? Por que descobrimento e não achamento? Como o professor e teórico Boaventura Sousa Santos, um dos escolhidos para incorporar esta discussão teórica, diz: é preciso descolonizar as mentes<sup>2</sup>.

Parte de todos esses questionamentos que cabem dentro da perspectiva de análise do livro e da Noé eu busco responder nos próximos capítulos. No número dois, *Violência, colonialismo e pós-colonialismo*, apresento a reflexão teórica a respeito de colonização, democracia, poder e também esclareço os conceitos de violência que serão utilizados na análise. Os principais estudiosos utilizados foram a teórica política Hannah Arendt e sua filosofia sobre as relações democráticas e de poder; o já citado Boaventura Sousa Santos, que trabalha com democracia e direitos humanos, principalmente na perspectiva colonial; o historiador Alfredo Bosi; e o sociólogo Gilberto Freyre, que foi responsável por descrever o período colonial brasileiro, ainda que de forma romantizada e a favor dos portugueses. Sendo uma figura central para a discussão do pensamento colonial, Freyre fornece material para construir críticas embasadas nos pensamentos dos outros nomes, que, ao contrário de Freyre, não assumem uma visão fortalecedora dos “méritos” portugueses, mas, sim, uma visão problematizadora, o que também farei. Além disso, exemplifico com dados do *Atlas da Violência* a crescente desigualdade social e racial no Brasil, tornando ainda mais importante a discussão que o livro escolhido traz.

No capítulo três, *Onde o Passado e o Presente se Encontram em Deus-dará*, narro um pouco da biografia da autora e da extensa história da obra da qual venho

---

<sup>1</sup> Ressalto que essa perspectiva de análise não é o foco deste trabalho. A menciono apenas para fins de conhecimento a respeito da existência dessa linha teórica que não é excludente, mas complementar.

<sup>2</sup> Conceito trabalhado por ele no “Colóquio Internacional sobre a Casa dos Estudantes do Império”, de 2015.

falando, como forma de contextualizar o assunto. Para tal, utilizo passagens do próprio livro. Em seguida, na parte *A Segunda Abolição*, entro de fato na história da personagem Noé e demonstro, através dela, a representação da violência, da desigualdade, da opressão do Estado, dentre tantas outras que ela é capaz de carregar. Logo, no capítulo quatro, concluo os estudos a respeito dessa personagem, recuperando as informações mais importantes trabalhadas ao longo da análise e fazendo uma breve ligação com a realidade brasileira, já que o próprio livro proporciona-me isso.

Finalizo esta introdução constatando que, até o momento da escrita deste trabalho, encontrei poucas produções acadêmicas a respeito de *Deus-dará*. Nenhuma delas procurou analisar as relações sociológicas e históricas na obra, como este trabalho faz, a partir de uma personagem. Apesar disso, a maioria, ainda assim, diz respeito à área da Literatura<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Algumas dessas pesquisas são:

MARTINS, C. “«Trans» é cada vez mais o meu prefixo”. **Algumas “voltas” ao “deus-dará” sobre “a nossa alegria chegou” de Alexandra Lucas Coelho**. Abril – NEPA / UFF, v. 13, n. 26, p. 73-90, 24 abr. 2021.

RIBEIRO, Mariana L. **Espaço e Identidade em Crônicas de Alexandra Lucas Coelho**. São Paulo: 2018.

SIMÕES, Diana. **Histórias de um defunto sobre relações transatlânticas: Narração póstuma em *Deus-Dará* de Alexandra Lucas Coelho**. Hispania, vol. 103 no. 4, 2020, p. 557-567. Project MUSE, doi:10.1353/hpn.2020.0115.

## 2 VIOLÊNCIA, COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO

Ao falar em colonialismo, não se pode excluir a essência dominante que esse sistema possuiu. Nas palavras do historiador brasileiro Alfredo Bosi: “O traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em *cuidar*, mas também em *mandar*.” (1992, p. 12). Logo, outra característica desse sistema era o uso da violência para que essa dominação tivesse êxito. Portanto, os colonizadores exerciam o poder por meio da violência.

Para a filósofa política Hannah Arendt, é um equívoco pensar violência e poder como se fossem sinônimos. Embora ela seja uma grande referência sobre governos democráticos, nos quais as relações de poder são melhor observadas por Arendt, trago a reflexão dela para analisar a colonização brasileira e a formação democrática do governo.

Em seu ensaio, *Da Violência* (2004), Arendt diz que relacionar poder com dominação é problemático, como explica:

É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio nada mais é que a continuação do consentimento que deu origem às normas legais. De acordo com o governo representativo, é o povo que detém o poder sobre aqueles que o governam. Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; estratificam-se e deterioram-se logo que o poder vivo do povo cessa de apoiá-las. (ARENDR, 2004, p. 25)

O poder, então, é algo que nasce da reunião de pessoas em um espaço público, no qual elas podem expressar-se livremente e sem censura. Consequentemente, quanto maior for a violência direcionada a essa população por seu governador, menor será o poder dele. O sujeito eleito não pode violentar aqueles que o elegeram. Ele precisa da validação e dos números que o povo representa. Sendo assim, não há governo totalmente violento, já que mesmo os tiranos necessitam de ajuda para que a violência seja feita (ARENDR, 2004, p. 26).

Nesse e em outros vieses, o colonialismo não pode ser considerado um governo, pois um bom governo não pode ser totalmente dominante e fundado na violência. É preciso que haja equilíbrio entre violência e poder, para que a ordem mantenha-se. Caso contrário, ficará difícil distinguir, por exemplo, a autoridade de um policial da de um bandido (ARENDR, 2004, p. 23). Sobre isso, a filósofa comenta:

Em uma competição de violência contra violência a superioridade do governo tem sido sempre absoluta; porém esta superioridade só perdura enquanto continuar intacta a estrutura de poder do governo – isto é, enquanto forem obedecidas as ordens, e o exército ou a força policial estiverem dispostos a usar as suas armas. No caso contrário, a situação se transforma abruptamente. (ARENDR, 2004, p. 30)

Seu foco era a questão das guerras, mas é possível aplicar seu pensamento em qualquer situação de relação entre poder e dominação pela violência. “A forma extrema do poder resume-se em Todos contra Um, e a extrema forma de violência é Um contra Todos. E esta última jamais é possível sem instrumentos.” (ARENDR, 2004, p. 26). Baseado nisso, a violência é a forma mais extrema e singular pela qual alguém utiliza de algo para subjugar o outro. Isso pode ser tanto exemplificado como ela o faz no ensaio: o uso de uma arma contra uma pessoa; quanto por meio de uma analogia: o tráfico de negros para o trabalho escravo.

Nesses casos, o sujeito percebe que está em uma situação de violência, não em uma relação na qual o poder predomina. Ao contrário de uma hierarquização na qual se tem autoridade, no sentido de respeito, há uma hierarquia imposta pela violência. Hierarquia que não deve ser respeitada, mas, sim, acatada. Não há conversa para o cumprimento das leis, há a punição.

Tendo isso exemplificado, fica evidente que poder não pode ser sinônimo de violência, como muitos confundem, porque ela não é uma manifestação imediata do poder. Enquanto a violência necessita de apenas uma justificativa para acontecer, como a necessidade de mão de obra escrava para o ciclo do açúcar no Brasil colonial, o poder precisa ser legitimado e de um grupo de pessoas. “O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido.” (ARENDR, 2004, p. 27).

Sobre a colonização, retomo Bosi:

[o processo colonizador] Quando é aguçado o móvel da exploração a curto prazo, implantam-se nas regiões colonizáveis estilos violentos de interação social. Estilos de que são exemplos [...] o engenho do Nordeste brasileiro [...]. Sem entrar aqui a questão espinhosa dos conceitos qualificadores da economia colonial (feudal? semifeudal? capitalista?), não se pode negar o caráter constante de coação e dependência estrita a que foram submetidos os índios, negros e mestiços nas várias formas produtivas das Américas portuguesa e espanhola. (BOSI, 1992, p. 20-21)

A colonização foi violenta e, a partir disso, o Brasil foi constituído como país, cultura e governo. Arendt ainda diz que poder e violência não são naturais do ser

humano, são construídos em sociedade e pela sociedade: “Nada, em minha opinião, poderia ser teoricamente mais perigoso do que a tradição do pensamento orgânico na política de acordo com o qual o poder e a violência são interpretados em termos biológicos.” (ARENDR, 2004, p. 47). Como exemplo disso, ela cita o racismo: não é algo biológico, é ideológico. Essa ideologia fez parte do Brasil colônia e evoluiu com o Brasil contemporâneo; apenas a violência, hoje, se faz de forma mais velada na maioria das vezes.

Em sua dissertação, *O conceito de “violência” no Pensamento de Hannah Arendt*, Artur Andrês faz uma análise completa e complexa a respeito de, principalmente, duas obras de Arendt: *On Violence* e *On Revolution*<sup>4</sup>. De forma sintetizada, apresentou o que é violência para a autora:

O conceito de ‘violência’ tem [...] o sentido de meio ou instrumento de coação que constituem recursos ao serviço exclusivo e soberano de uma dada autoridade (ou entidade), no exercício de uma dada forma de poder. O fenómeno da violência parece ocorrer sempre que ocorrem certas condições propícias, tais como: perda de autoridade ou certas transformações nas tradicionais relações de poder [...]. (ANDRÊS, 2012, p. 6)

Se violência e poder não podem ser entendidas como conjuntas, já que o poder precisa manter-se acima da violência para que ela não domine, como entender a situação do Brasil? País que foi formado na coação, como afirmou Bosi, tendo a violência como uma forte marca de desordem ainda hoje. Ela atinge, principalmente, as classes baixas e periféricas, em grande parte das vezes, negras. Um público que deveria constituir o que Arendt determina como povo, que tem voz sem censura e elege o governo, mas essa parte do povo continuou subjugada a um governo que pratica violências no dia a dia.

Boaventura Sousa Santos, professor e referência nas Ciências Sociais, é uma peça fundamental para que se tente compreender essa relação entre o poder e a violência que acompanhou a trajetória histórica do Brasil. Porém, o faz a partir da divisão das raças, como diz em uma de suas crônicas: “[...] o colonialismo, longe de ter terminado com a independência, continuou sob outras formas, mas sempre em coerência com o seu princípio matricial: o racismo como forma de hierarquia social não intencional porque assente na desigualdade natural das raças.” (SANTOS, 2014, p. 476)

---

<sup>4</sup> Respectivamente:

ARENDR, Hannah, *On Violence*, New York, Harcourt, Brace & World, 1970  
ARENDR, Hannah, *On Revolution*, London, Penguin Books, 2006

Segundo ele, a independência não foi o suficiente para as colônias tornarem-se independentes de fato. A soberania do branco sobre o negro continuou, uma forma de desigualdade entre as raças que acabou por se naturalizar através de uma ideologia. Quando Arendt (2004) cita que o racismo não seria natural do ser humano, ela afirma que não nascemos com esse preconceito. Ele é construído. Quando Boaventura cita a naturalização de uma dualidade entre as raças, confirma exatamente o que ela expôs. Naturalização não porque nascemos assim, mas porque o sistema de repressão e violência causou essa naturalização.

Para Lilia Schwarcz, historiadora e antropóloga, a questão das diferenças raciais também teve início na “descoberta” do Novo Mundo. Chegando às Americas, o encantamento com a fauna, a flora e a diversidade de povos exóticos deu, instantaneamente, uma divisão entre os costumes dos nativos e a civilização, no caso, europeia (SCHWARCZ, 1996, p. 79).

Isso igualmente foi documentado por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (2006). Ele especificou o modo de colonização português: “A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor” (FREYRE, 2006, p. 65). Porém, essa polarização entre as raças não se seguiu por muito tempo, pois, como citado acima em Freyre, o português uniu-se com a mulher índia e, logo após, com a mulher negra, o que acarretou em uma sociedade miscigenada.

Para a época, o Brasil era um país complexo: ao mesmo tempo em que a liberdade dos negros significava mão de obra barata e remetia à escravidão, a realeza também mantinha um discurso de miscigenação: “um país que se caracterizava pela coloração racial distinta.” (SCHWARCZ, 1996, p. 87). Na época colonial, ousavam colocar as três raças – indígenas, brancos e negros – lado a lado, como se fossem iguais. A partir desse fato, o Brasil passou a ser conhecido mundialmente por essa mistura, mais do que pela diversidade da natureza (SCHWARCZ, 1996, p. 88).

A visão de Freyre foi extremamente importante. Apesar de haver muitas divergências, ele tratou a miscigenação de forma positiva. Porém, a sociedade brasileira era e ainda é fortemente marcada pela escravidão.

Mais do que cruzamento biológico, essa é uma sociedade de religiões mistas, de práticas alimentares miscigenadas, de costumes cruzados. Como uma sociedade de marca mal sabemos definir nossa cor e inventamos um verdadeiro carrefour de termos e nomes para dar conta de nossa indefinição

nessa área. Além disso, a variedade de expressões e o caráter cotidiano de sua utilização atestam como esse é um país que ainda se apresenta e se identifica pela raça. (SCHWARCZ, 1996, p. 100)

Portanto, nascemos sendo uma sociedade patriarcal construída a partir do trabalho escravo, primeiro por índios e depois por negros traficados da África. Como não naturalizar essa divisão? De um lado, há o branco dominador e poderoso e, do outro, a população negra e indígena.

Segundo Boaventura (2014, p. 475), isso causou um sistema de poder, presente hoje, que prega os direitos de liberdade e igualdade, mas oprime e é desigual. Pois, na América Latina, as terras foram entregues a quem estava dominando o sistema patriarcal, não para os nativos que já viviam aqui e foram “achados”, e não descobertos.

Por causa disso, o poder não é confiável. Arendt (2004) diz que o governo deve ser legitimado por seu povo, porém, no Brasil, o governo deslegitima o povo ao considerar apenas uma desigualdade social e não racial (BOAVENTURA, 2014, p. 476). Além de quem está no poder não ter, necessariamente, sido escolhido por toda a população, visto que índios, negros e mestiços não possuíam voz (e ainda não possuem). Então perpetua-se um sistema de governo pautado em crenças coloniais, que cada vez mais põe à margem a população que tem a ancestralidade marcada por sangue e trabalho escravo. O acesso a uma qualidade de vida melhor é negado e atos violentos como forma de repressão são cometidos por parte de quem detêm o poder.

Voltando para Arendt (2004), se para existir poder deve existir equilíbrio entre ele e a violência, além da legitimação, como é possível o governo brasileiro ser considerado opressor? A resposta está também na nossa constituição como sociedade.

Freyre (2006) destaca, a respeito da miscigenação, que os portugueses não tiveram problemas ao chegarem ao Brasil. Logo, miscigenaram-se com índias, criando uma sociedade híbrida. Inclusive, essa sociedade mestiça foi o que trouxe sucesso para a consolidação da colonização dos lusitanos. O intuito era povoar o mais rápido possível o país, em larga escala. Também conseguiram uma população que se adaptasse melhor ao clima diferente do local. No romance de Ana Miranda, *Desmundo*, temos uma amostra do porquê isso foi necessário:

Já escrevi a Vossa Alteza a falta que há de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos pecados, em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas orphãs, e si não houver muitas,

venham de mistura delas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaesquer farão cá muito bem à terra, e ellas se ganharão, e os homens de cá apartarse-hão do pecado. (MIRANDA, 1996, p. 7).

Pela passagem, entende-se que o Brasil arcaico padecia de mulheres com quem os portugueses pudessem dar continuidade à própria raça. Sem isso, havia mais chances de a sociedade ser transformada e constituída por oprimido e opressor na mesma proporção. Então, era necessário que famílias fossem constituídas com os homens que estavam explorando as terras e fazendo comércio no Brasil. Para isso, trouxeram jovens portuguesas para o país, mas, em seguida, índias, negras e mestiças também foram usadas para fins de povoação e de escravização sexual, assim como as jovens portuguesas.

Além de se orgulhar do espírito português de não temer nada nada e ser inteligente o suficiente para criar a hibridização, Freyre (2004) declara que essa foi a grande “vantagem” dos colonizadores portugueses em relação a outros colonizadores que estavam em outros locais. O “Novo Mundo” estava sendo criado e adaptado, sem preconceitos, como ele diz, mas sabe-se que não é esse o reflexo que temos hoje na sociedade.

Para Schwarcz, a mestiçagem explicaria situações como o atraso do país:

Analisada com ceticismo pelos viajantes americanos e europeus, temida pelas elites, a questão racial parecia se converter, ao poucos, em um tema central para a compreensão dos destinos dessa nação. Mas, se sua introdução era interessante, pois permitia naturalizar diferenças sociais, políticas e culturais; de outro gerava problemas: qual seria o futuro de um país evidentemente mestiço? (SCHWARCZ, 1996, p. 89)

Ela ressalta que começaram a surgir diversos estudiosos a respeito desse tópico, sendo um dos mais importantes a advogada Nina Rodrigues<sup>5</sup>. Ela associou a miscigenação racial com a loucura, o crime. Como consequência, os estudos da medicina voltaram-se para esse tipo de sujeito, ajudando na já iniciada polarização das raças. Acreditavam que as doenças haviam vindo da África, por isso a mestiçagem teria enfraquecido a população brasileira. Sendo assim, eles queriam substituir a raça mestiça por uma raça majoritariamente branca (SCHWARCZ, 1996, p. 96-97), o que não aconteceu.

---

<sup>5</sup> RODRIGUES, Nina. **Mestiçagem, degenerescência e crime**. In: História, Ciências, Saúde-Manguinhos. vol. 15, n. 4, Rio de Janeiro, out./dez. 2008. Acesso em 06/11/2021. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000400014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000400014&script=sci_arttext).

Lilia aponta, ainda, que a discussão sobre raças foi perdendo força em espaços de pesquisas medicinais e no Estado, mas não no cotidiano. Como explica:

Com efeito, o tema foi expulso dos espaços oficiais e das instituições científicas, mas ganhou os locais de vivência cotidiana e a esfera das relações pessoais. Se hoje é pouco legítimo advogar cientificamente esse tipo de discussão racial, o uso de expressões e piadas revela como "raça" virou lugar comum entre nós. (SCHWARCZ, 1996, p. 98)

Os brancos portugueses exploraram a terra e, após não haver mais o que retirar, estabeleceram-se como uma sociedade agrária. A mão de obra foi o trabalho escravo de índios, negros e mestiços. Então, é inegável a importância que a miscigenação ainda tem em nossa sociedade. Porém, ao usar disso para tomar o Brasil de forma rápida e fácil, como Arendt (2004) diz que a violência é exercida, o colonizador deixou marcas que ainda hoje tentam ser apagadas pelo Estado, mas que são revividas todos os dias por milhares de brasileiros que estão abaixo na hierarquia branca e patriarcal. A respeito disso, Bosi cita o poeta Gregório de Matos:

[...] embora as conclusões do sociólogo [Gilberto Freyre] sejam otimistas, quando afirma a existência de uma democracia racial luso-brasileira, basta ler as trovas desceninas de Gregório para repor em pé a pergunta base: a fusão que se deu na pele e na carne significou também emparelhamento social? (BOSI, 1992, p. 107)

Percebe-se que tal hierarquia não é uma autoridade de respeito, segundo Arendt (2004), mas, sim, de imposição por meio da violência, mesmo sendo uma hierarquia democrática. Afinal, quem é a sociedade que elege o governo? Com certeza, como visto, não é constituída principalmente pelas pessoas de classes inferiores. Em relação a isso, destaco um comentário de Bosi sobre a sociedade colonial (1992, p. 25): "A cultura letrada é rigorosamente estamental, não dando azo à mobilidade vertical [...]. O domínio do alfabeto, reservado a poucos, serve como divisor de águas entre a cultura oficial e a vida popular", comentário esse que facilmente serve para a sociedade democrática atual.

Portanto, se a classe popular colonial desenvolveu-se sem estudo e sempre à margem, ela continua à margem e lutando para se sobrepôr às violências estruturais. Schwarcz (1996, p. 18) diz: "O fato é que o passado do sistema escravista não era passado, fazia parte do presente, condicionado por novas formas de discriminação racial - pautadas no determinismo racial e científico - e nas novas práticas de exclusão social." Assim como Bosi comenta (1992, p. 247): "a fisionomia do Brasil iria perdendo

aquele caráter de eterno viço tropical para deixar ver os sulcos de um povo carente, dividido em raças e classes [...].”

Não só nomes renomados como apresentei acima entendem a violência brasileira como consequência da formação histórica do Brasil, mas também outros pesquisadores brasileiros. Dentre eles, trago Maria Cecília de Souza Minayo, da área da saúde, e Sérgio Adorno, especialista em violência e segurança pública, para compor o pensamento colonialista.

Sérgio Adorno (2013) cita que as características da violência acompanham a evolução histórica mundial desde a sociedade clássica. Isso acabou migrando até chegar na sociedade colonial e, sucessivamente, em uma sociedade autoritária, como exemplo da ditadura militar no Brasil. Então a violência não é excluída da sociedade democrática. Segundo o autor, é um fenômeno inerente à condição humana, que “passou a ser uma espécie de linguagem da vida cotidiana” (ADORNO, 2013, p. 73). Ainda diz Adorno que, após o fim da ditadura, muitos conflitos de natureza violenta explodiram, como crimes e homicídios entre as pessoas de bairros periféricos. Isso passou a ser causa de inquietação na população em geral, mas, principalmente, naquelas que vivem fora da marginalidade. Como explicação, o cenário social:

Os argumentos gravitavam em torno dos efeitos da desigualdade produzida pelo capitalismo, das heranças autoritárias da sociedade brasileira que se encontravam ancoradas nas agências policiais e judiciais ou das características da “cultura” na sociedade brasileira. (ADORNO, 2013, p. 75)

Nesse contexto pós-ditadura, a violência extrapolou o poder do governo. Esse último já não dispunha mais de um poder físico, como um exército organizado. Era um período de caos e revolução. Desse modo, a sociedade fez jus à vontade de fazer justiça com as próprias mãos, porque o Estado demorava a resolver problemas, e ainda demora. Para tentar recuperar o poder, foi necessário o uso de mais força policial, em geral, abusiva. Porém, isso apenas contribuiu para um aumento ainda maior da violência, já que não houve equilíbrio entre as partes como Arendt (2004) diz ser o ideal. A desigualdade continuou aumentando em todos os âmbitos.

Além de não resolver os problemas, o Estado não fornece a estrutura, o estudo e a saúde básica que boa parte da população necessita. Se Bosi disse que, na era colonial, a escrita não era popular, no sentido de acessível a todos, isso continua acontecendo. A violência estrutural produz miséria, fome, submissão e exploração. Assim, o caminho do crime e da violência torna-se atraente e uma forma de seleção

natural, que foge do controle do poder público. Mais uma vez, vemos a naturalização de algo que não compõe primariamente as sociedades, mas que é construído por elas com o surgimento das ideologias. Adorno comenta:

No Brasil, suspeita-se que nunca se consolidou o monopólio estatal legítimo do uso da coerção física. Se isso é verdade, a emergência e a disseminação do crime organizado contribuíram ainda mais para enfraquecer a capacidade do poder público de exercer controle legal do crime e da violência. A sociedade mudou, os crimes cresceram e se tornaram mais violentos; o crime organizado se espalhou inclusive com o apoio de armas potentes e de tecnologias de informação. Todavia, o sistema judicial permaneceu apegado aos padrões tradicionais, alicerçados na criminalização do comportamento dos pobres e voltados para perseguir e prender bandidos conhecidos. (ADORNO, 2013, p. 78)

Essa citação prova o que disse Arendt (2004) sobre poder e violência. Fica claro que ambos não são sinônimos e que, sim: quando a violência aumenta, o poder torna-se incapaz de conter a ascensão do crime e de outras situações dessa natureza. Logo, há o sentimento de uma falsa segurança pública. A hierarquia branca, minoritária, segue sendo protegida e tendo a voz ouvida. São eles que decidem o futuro dessa nação “miscigenada”. Já a população que representa a herança colonial, majoritária, continua lutando contra o silenciamento de sua voz.

O professor de filosofia português Helder Gomes Cancela comenta em *O exercício da violência*:

Se o mundo como coisa humana é função das representações que o modelam, a mesma quantidade de violência pode receber distintas e antagônicas interpretações. Pode acumular-se como memória ou esvair-se enquanto omissão. [...] o esquecimento é sobretudo uma ação deliberada de destruição da memória. Dos agressores como das vítimas. (CANCELA, 2014, p. 17)

O papel de estudar as representações da violência como uma forma de não apagar o passado e dar voz a essa população negligenciada é fundamental. Principalmente em um país onde tudo foi alicerçado na violência. E como pôde ser percebido ao longo deste capítulo, o termo violência é muito amplo. Então, para que fique claro a conceituação de violência que irei utilizar no decorrer do trabalho, é necessário explicitar alguns pontos.

Geralmente, associamos o termo à violência física: aquela que causa dano a alguém fisicamente. É cometida pela própria pessoa ou outra, com fins diversos. Por exemplo: assaltos, homicídios, latrocínios etc. Embora essas sejam as manifestações mais noticiadas pela mídia, não são as únicas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência é definida, de forma geral, como:

O uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. (DEFINITION and typology of violence, 2021)<sup>6</sup>

É importante delimitar aqui a violência simbólica, cultural, pessoal, estrutural, institucional e racial. Como visto de maneira abrangente, todas elas têm em comum a desigualdade e a tentativa de discriminar alguém. Para isso, irei me basear no estudo de Minayo (2013), já que ela traz uma longa conceituação em seu capítulo.

A violência é, assim como Arendt (2004) abordou brevemente, um processo de construção social e psicossocial. Depende das circunstâncias, ambiente, cultura e outras formas de relações entre os seres de uma comunidade (MINAYO, 2013).

A violência cultural aparece como forma de discriminar e propagar preconceitos em uma cultura. Está diretamente ligada à reprodução de costumes que podem ser prejudiciais para um grupo de pessoas, por exemplo, a repetição da cultura colonial no Brasil. Já a estrutural é responsável por manter as desigualdades sociais e as culturais, além de faixa etária e de gênero. Um país onde grande parte das pessoas vive na miséria é um país com forte indício desse tipo, uma vez que se naturaliza um sistema precário de vida. Dentro disso, encaixa-se também a violência simbólica, pois essa precariedade não é exercida de forma física, mas vem em situações como falta de escolaridade.

Parecida com essas duas, a institucional reproduz as estruturas sociais injustas, mas são cometidas dentro de relações burocráticas e políticas. Nela, entra a repressão policial contra pobres e negros marginalizados. Isso leva até a violência racial, originada na escravidão e ainda perpetuada como herança colonial<sup>7</sup>. Ela acompanha a desigualdade social e econômica, já que, devido à discriminação racial, pessoas de um determinado grupo não conseguem empregos bons, estudo ou moradia fora da periferia.

---

<sup>6</sup> No original: "The intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment, or deprivation." Tradução minha.

<sup>7</sup> Preciso ressaltar que este trabalho não pretende abordar o racismo e a desigualdade social como foco principal. A análise será fundamentada na noção de herança colonial, que é constituída por diversos tipos de violências, ideologias e crenças da época colonial, dentre elas, a racial e estrutural.

Por último, Minayo (2013) aborda a violência pessoal. Ela acontece quando não há o reconhecimento da humanidade e cidadania, atrapalhando a resolução de conflitos e a convivência. Entendo como sendo possível de ser executada tanto pelo Estado, quanto por outras pessoas.

Mynaió (2013, p. 41) diz ainda que “a violência não é um fenômeno abstrato: ela é concreta e ocorre em cada estado e em cada município de forma específica”. Por isso não podemos ignorar a subdivisão desse termo nessas definições apresentadas e em outras.

Fortemente, uma violência sustenta e gera outra: por causa da colonização (violência histórica e formadora, dominadora), a escravidão aconteceu (racial). E, porque a nossa sociedade perpetua esse sistema patriarcal (cultural), acabamos desenvolvendo uma sociedade que possui um abismo gigantesco entre o branco, geralmente rico, e o pobre, geralmente negro e morador da periferia (estrutural). No fim, temos um Estado que não reconhece sua população periférica como cidadãos e continua ignorando as necessidades básicas deles (pessoal). Sendo assim, fica evidente que a herança colonial perpetua em um governo em que o sistema é falho e violento.

Para exemplificar tudo isso que vem sendo discutido neste capítulo, é válido apresentar alguns dados. Segundo o Atlas da Violência de 2020: “Uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra” (p. 47). O Atlas foi elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Ele agrupa uma série de dados do Brasil inteiro em determinado período, todos referentes à violência. Como estes sobre a população negra:

Apenas em 2018, para citar o exemplo mais recente, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras. (ATLAS, 2020, p. 47)

O *Atlas* menciona que a desigualdade racial se aprofundou muito, enquanto os indicadores sociais de violência apontavam que a população não negra vinha reduzindo seu histórico de violência. No *Atlas* de 2021, correspondente ao período de

2019, a violência contra negros e índios aumentou exponencialmente. Entre 2009 e 2019, o número de negros vítimas de homicídio cresceu 1,6%.

Desse modo, é possível perceber que a violência e a desigualdade racial desenvolvem-se cada vez mais. A chance de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é 2,6 vezes maior do que uma pessoa não negra. Além disso, os negros foram 77% das vítimas de homicídio no país. Em dois anos, mais de 17 mil negros perderam a vida sem motivo esclarecido (ATLAS, 2021).

Quanto à violência policial, segundo o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021” (FBSP, 2021), foram 6.416 civis mortos por intervenções de policiais civis e militares da ativa, contra 194 policiais vitimados fatalmente, o que acendeu no *Atlas* um ponto de atenção para esse fato.

Para focar em meu objeto de estudo, alguns dados sobre a violência no Rio de Janeiro são interessantes. No estudo de 2020, o estado estava entre os que vinham diminuindo o histórico de violência. Porém, ele estava entre os que mais se destacaram por mortes violentas sem motivação determinada, com 9,8% de percentual de mortes. No *Atlas* de 2021, muitos dados sobre o Rio de Janeiro não foram coletados, pois ocorreram problemas de qualidade nas Unidades Federativas, o que gera uma desconfiança pelo Estado ter se envolvido em polêmicas quanto à violência. Apesar disso, esteve novamente presente na lista dos crimes sem motivação, com 34,2% das mortes por causas externas. O *Atlas* identificou o estado como em mais grave situação nesse quesito.

O Rio de Janeiro continua conhecido por suas favelas comandadas pelo tráfico e com muita violência. Além disso, elas também são alvos da polícia, que, na maioria das vezes, invade os locais para “operações”. Porém, o número de mortos é sempre grande, o número de explicações é quase nulo e o fato é que a polícia mata mais negros e pobres do que mata classes mais privilegiadas.

Finalizando, os princípios coloniais fazem-se presentes na sociedade atual do Brasil das mais diversas formas. É possível evidenciá-los como o *Atlas* faz e é possível percebê-los nas representações literárias, como a doutora em Teoria Literária, Tânia Pellegrini, cita:

É inegável que a violência, por qualquer ângulo que se olhe, surge como constitutiva da cultura brasileira, como um elemento fundador a partir do qual se organiza a própria ordem social e, como consequência, interfere também na experiência criativa e nas expressões simbólicas, aliás, como acontece, com características particulares, na maior parte das culturas de extração colonial. Nesse sentido, a história brasileira, transposta em temas literários,

comporta uma violência de múltiplos matizes, tons e semitons [...].  
(PELLEGRINI, 2008, p. 42)

O que Pellegrini escreve é exatamente o que acontece em *Deus-dará*, da portuguesa Alexandra Lucas Coelho. Dessa forma, os assuntos abordados neste capítulo são trabalhados e, principalmente, problematizados nessa obra, que será introduzida e analisada na próxima seção.

### 3 ONDE O PASSADO E O PRESENTE SE ENCONTRAM EM *DEUS-DARÁ*

“Há muitas semelhanças entre 1500 e agora. Desembarcamos no Brasil em tempos apocalípticos. Talvez o apocalipse sobre de meio milhar em meio milhar de anos.” (COELHO, 2019, p. 151)

#### 3.1 SETE DIAS NA VIDA DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO, OU O APOCALIPSE SEGUNDO...

Lucas, Judite, Zaca, Tristão, Inês, Gabriel e Noé. Essas são as sete personagens da obra *Deus-dará*, terceiro romance escrito pela portuguesa Alexandra Lucas Coelho. Até o momento da escrita deste trabalho, ela já escreveu outros doze livros nos mais variados gêneros, sendo três deles sobre o Brasil: *Vai Brasil* (2013), *Deus-dará* (2016) e *Cinco Voltas na Bahia e um Beijo para Caetano Veloso* (2019). Apesar dessa longa trajetória, ainda é uma autora a descobrir-se pelos brasileiros, devido a algumas de suas obras terem sido publicadas aqui somente depois de 2019, com *Deus-dará* em primeiro lugar.

Antes de escritora, Alexandra é jornalista. Formada em comunicação, trabalhou como colunista de opinião, repórter, cronista e correspondente no jornal *Público*. Nesse último, cobriu conflitos ao redor do mundo, de Jerusalém ao Rio de Janeiro. Desse trabalho intenso e da residência em diversos países e culturas, surgiram várias obras, dentre elas seus primeiros livros: *Oriente Próximo* (2007) e *Caderno Afegão* (2009). Todos incluem algum tipo de problematização, como acontece com o tema da violência colonial em *Deus-dará*. Sua obra *E a Noite Roda* (2012) ganhou o Grande Prêmio de Romance e Novela APE/DGLB no mesmo ano de lançamento e *Cinco Voltas na Bahia e um Beijo para Caetano Veloso* ganhou o Grande Prêmio de Literatura de Viagens Maria Ondina Braga, ambos de Portugal.

Muitos Brasis perpassam a história de Alexandra, pois desde nova teve muito contato com a cultura da Música Popular Brasileira e é apaixonada pelo gênero. Além disso, o Brasil é muito presente no imaginário português em geral, como estudei com o Prof. Dr. Paulo Ricardo Kralik no grupo de pesquisa “Cartografias Narrativas em Língua Portuguesa”, principalmente dentro do Projeto de Iniciação Científica “Reflexos de Brasil: Imagens de Brasil na Literatura em Língua Portuguesa do século XXI”. Portanto, questionamentos a respeito da colonização tiveram pauta na vida de Alexandra, assim como ela teve a oportunidade de morar no Rio de Janeiro em 2010,

por causa do trabalho como correspondente. Dessa forma, ela viveu o Estado, a violência, as maravilhas, os pontos cegos e as realidades da Cidade Maravilhosa. Suas obras sobre o Brasil, especialmente *Deus-dará*, carregam tudo isso e quase sem nenhum dos estereótipos que comumente surgem na Literatura Portuguesa. Todas as sete personagens do livro analisado são diferentes e algumas representam brasileiros em sua forma mais cotidiana. Há uma ou outra personagem que é adepta à festas ou que é um pouco mais sexualizada, porém, isso acontece de forma natural na narrativa e não como ofensa ou verdade absoluta de que todos os brasileiros são como tal personagem.

Embora não tão conhecido em larga escala pelo povo brasileiro, *Deus-dará* fez sucesso no ambiente acadêmico e no mais politizado. A obra foi bibliografia de uma das provas de mestrado da PUC-RS logo que foi lançada no Brasil e gerou debates organizados por pequenos grupos ao longo de todo o país, além de em grupos maiores como a *Mídia Ninja*<sup>8</sup>, que inclusive é citada no livro. Discutiram-se temas como colonização, memória negra e indígena e a responsabilidade que Portugal deveria ter com o Brasil, ao reconhecer as violências coloniais, o que ainda não faz. *Deus-dará* confronta, então, favela e cidade, português e brasileiro, presente e passado. Tudo misturado à ficção e não-ficção. Sendo assim, um livro de contrastes, no qual há longas páginas históricas a respeito dos “achamentos” e da escravização, ao mesmo tempo em que o leitor acompanha as sete personagens ficcionais vivendo em meio à realidade carioca do “presente”. Porém, algumas estão sempre buscando esclarecer o passado colonial.

O livro é uma espécie de ponte, de mediador ou literatura transatlântica, como Alexandra mesma denomina em suas diversas entrevistas, para que o passado colonial Portugal-Brasil seja visto de forma crítica. Desse modo, poderá gerar uma reflexão em quem lê. A autora declara que foi preciso atravessar o Atlântico, mesmo já tendo escrito sobre outros países que tiveram regime colonial. Isso porque nenhum deles apresenta a relação que Brasil e Portugal possuem: enquanto Portugal vê como “pai e filho”, o Brasil vê como exploração e legado violento.

---

<sup>8</sup> Rede de comunicação livre que distribui informações de forma colaborativa. Tem nas redes sociais seus canais de comunicação com o público. Surgiu em 2013, durante as manifestações de junho, e realizou coberturas ao vivo de dentro dos protestos. Até hoje defendem a comunicação democrática, o acesso a informação, os direitos e diversidades das pessoas. Além disso, contemplam pontos que a grande mídia não cobre, dando voz àqueles que são invisíveis. São um forte movimento de resistência no Brasil, sempre priorizando a luta pela democracia em um país de instabilidade política.

*Deus-dará* é dividido em três partes, que correspondem respectivamente ao período de 2012, 2013 e 2014. Em seus sete capítulos, há um Rio de Janeiro caótico por causa da política, do *impeachment* da Dilma, de diversos protestos e manifestações, da pacificação das favelas, da visita do Papa, das Olimpíadas, do Carnaval e de outros assuntos polêmicos que estavam em alta no país “real” daqueles anos e que foram transportados para dentro da narrativa e da vida das personagens. O livro possui uma diversidade de assuntos, indo desde os que citei acima, até pesquisas a respeito de Machado de Assis, por exemplo. Porém, o mais marcante é o tema da colonização e da escravização no Brasil, pois ele ainda afeta o país, que foi gerado de um ventre violado.

A primeira personagem que aparece no subtítulo do livro é **Lucas**, mistura de índio com negro, que sai do Amazonas para morar no Rio de Janeiro ainda jovem. É descrito também como alguém que tem 90kg, 1,97m de altura, que vem:

De muitas gerações atrás, lá em África, supôs ao crescer, filho e neto de mestiços do Pará. [...] Só ao Pará, mandou dizer, deveriam ser destinadas mil cabeças por ano. Ora, como os nativos do império de Oyo (hoje Nigéria, Benim) eram cobiçados por serem grandes, muitos terão vindo, então, concluiu Lucas, e com eles o gene das alturas. Seu avô nagô, iorubá. (COELHO, 2019, p. 64)

Ele não fala e isso aconteceu devido a um grande trauma. Ele passou por uma série de violências e decidiu, então, abandonar tudo para viver na rua e, logo depois, com os Irmãos na Oca do Cosme Velho. Além de Noé, ele também é uma das personagens que carrega os quinhentos anos de história nas próprias costas.

Seguindo, **Judite** é a própria encarnação de uma deusa:

Aos pés deles, cai uma pitanga, vermelho vibrante, um toque de ira. [...] Vênia até ao chão. O cabelo cor de cobre de Judite, o pescoço alvo de Judite, o começo da coluna de Judite. Atlas, lembra Zaca, o primeiro osso da coluna é o atlas. O atlas de Judite até ao cóccix, vestido sem costas, Judite pode tudo, um metro e oitenta de Judite. Quando os cabelos voltam, a pitanga vem junto [...] (COELHO, 2019, p. 13)

Ela é sensual, elegante, tem um emprego em um escritório de advogados e trabalha muito. É possível perceber já na família de Judite o contraste social entre os personagens do livro. Ela e o irmão, **Zaca**, vivem uma vida de luxos. Além disso, ambos são sexualizados, mas não são negros ou miscigenados e isso destoa da maioria das obras portuguesas que falam sobre o Brasil. O Zaca é também responsável por boa parte do material histórico relacionado ao Cosme Velho, já que a

família dele mora ali há muito tempo e ele está pesquisando informações para poder escrever seu próprio livro.

O **narrador** do livro é onisciente intruso, não participa da história como personagem. Porém, ele não só observa, como também expõe a própria visão sobre determinados assuntos de forma crítica e até irônica. Por exemplo, ele é apaixonado por Judite: “[...] valerá a pena repetir aquela frase que ficou lá atrás, talvez um pouco perdida, porque na presença de Judite tudo se perde um pouco: o narrador será transatlântico ou não será.” (COELHO, 2019, p. 17); além de dirigir-se ao leitor em diversos momentos: “Tem coisas que o narrador deixa para as personagens, tem coisas que elas deixam para ele. A gente se cria uns aos outros, não tem sentido único.” (COELHO, 2019, p. 376). Um mistério em volta de quem seria esse narrador é criado desde o começo, como também mostram as citações, e, aos poucos, ele vai dando pistas e reveza-se entre apresentar fatos históricos e contar a vida das personagens.

Apesar da maioria das personagens serem brasileiras, temos duas que são portuguesas e estão sempre juntas: **Tristão** e sua amiga **Inês**. Ele vive no Rio há bem mais tempo que ela e a recebe como visita. Logo, os pontos turísticos e geográficos mais variados aparecem nas cenas deles, além de assuntos do momento e pequenos estereótipos que Tristão vai tentando desfazer:

Mas eis a franja de Inês. Franja e sorriso vermelho, preto e branco na câmara de Tristão. Ele abraça-a:

- Que fresca, dormiste de batom?
- E tu de camisa branca?
- Sempre.
- Nem t-shirt, nem calções?
- Não existem calções no Brasil - Tristão agarra as duas malas - No máximo, um velho calção de banho / o dia pra vadear...
- [...] E os calções? Como é que se diz?
- Bermuda, shortinho. T-shirt é camiseta, não confundir com camisola, que serve para dormir. (COELHO, 2019, p. 15)

No caso da geografia da cidade, o principal destaque são as favelas. O Complexo da Maré é uma das mais citadas, por ser moradia de algumas personagens e por ser a maior favela, causando mais curiosidade em quem vê de fora. Em um trecho do livro, Tristão começa a explicar sobre a Maré para uma Inês bem surpresa:

- E tudo isto é uma favela?
- Várias, coladas, Complexo da Maré - Tristão ajusta a lente da câmara. - Ainda tem UPP. Vê bem o nome: Unidade de Polícia Pacificadora. Quer dizer que a polícia ocupa, em vez de entrar e sair a partir tudo. A retórica é que o Estado retoma o território ao tráfico.

- E não retoma?
- Nunca o tomou. Tudo foi acontecendo como nos teus árabes, onde não chega o poder central manda a tribo. Agora é que o Estado está a assumir favela a favela, sobretudo no caminho da Copa, da Olimpíada. Parece que a Maré está para breve.
- É gigante - Inês abre o vidro.
- Um pouco maior do que Ipanema, e com o triplo das pessoas. (COELHO, 2019, p. 23)

Em outro momento, ele conta a Inês o que faz no Rio e, então, a ligação entre ele, Zaca e Judite é descoberta: “Para pesquisar entre os índios eu tinha de estar ligado a uma universidade cá, então o meu orientador fez a ponte para o Museu Nacional da UFRJ, que é baluarte carioca da antropologia [...]” (COELHO, 2019, p. 39). Quem o ligou ao Rio de Janeiro foi Omar, pai de Zaca e Judite, que mora com a mãe deles no Amazonas. Então, em uma festa de família, todos acabaram encontrando-se e também com Karim, outro irmão dos brasileiros e já amigo de Tristão (COELHO, 2019, p. 40). Porém Karim não aparece nesse livro.

Chegando quase ao fim dessa Odisseia das sete personagens em meio ao apocalipse do Rio de Janeiro, há o **Gabriel**. Ele é um ex-morador da favela, que conseguiu sair de lá e ter um estudo e emprego qualificados. Porém, ainda trabalha com o assunto da violência e isso sempre o irá perseguir, pois ele perdeu um olho durante um confronto na favela.

Assim como fiz com Lucas, não trarei muitos detalhes sobre o Gabriel nesta introdução ao livro. Eles estão diretamente ligados a última personagem mencionada no subtítulo: **Noé**. Ela é foco deste trabalho e perpassa todos os momentos do enredo, conectando-se com as personagens e temas. Além disso, ela vive no contexto da desigualdade e é consciente sobre isso, já que deseja participar ativamente de uma mudança social.

São essas sete personagens que dão vida à história de *Deus-dará* e possibilitam a reflexão sobre os mais variados temas, pois elas são também variadas e cada uma possui seus próprios dilemas, problemas e características.

### 3.2 A SEGUNDA ABOLIÇÃO

Ainda não somos livres  
 Ainda não somos livres!  
 Depois de tanto tempo...  
 [...]  
 Ainda não somos livres  
 Favela é senzala  
 Depois de tanto tempo.  
 (SOBRAL, p. 73)

A personagem que escolhi como centro da análise foi Noêmia: “[...] mignonzinha, carapinha black power, espaço entre os dentes da frente e as sardas de quem ela não chegou a conhecer. Mãe, negra, pai, vai saber, Noé acha que louro. [...]” (COELHO, 2019, p. 27). Em um Brasil ideal *Freyriano*, as três raças – brancos, negros e mestiços – iriam coexistir pacificamente e sem desigualdade. Porém, através de Noé, que é negra, temos uma representação diferente disso em *Deus-dará*. Assim como os mestiços, em sua maioria, os negros também fazem parte da sociedade mais marginalizada.

No livro, a personagem Lucas, negro com mistura de índio, sofre um preconceito mais explícito, como mostra o trecho: “Foi durante esses primeiros meses cariocas que Lucas bateu de frente com o fato de não ser branco no Brasil.” (COELHO, 2019, p. 66). Um rapaz como ele chamaria atenção demais em locais como o prédio Fashion Mall e o Shopping Leblon, de classe alta, nos quais até os alarmes poderiam ser disparados com sua entrada (COELHO, 2019, p. 66). Já Noé sofre um preconceito mais velado, como demonstra o seguinte diálogo:

- Que é isso – Gabriel puxa a manga dela. – Tem de usar uniforme branco?
- Já viu que merda? Nem pensei que ia ter. Cara, completo o mês como folguista e nunca mais. E é porque estou precisando dessa grana já. Minha mãe tem de pagar o dentista.
- Gabriel espreita o carrinho da bebê.
- Como dorme.
- Bem tranquila, uma graça. O problema é o resto.
- Quem contratou você?
- O irmão mais velho de um colega da PUC, bacana da Gávea. Ele sai cedo, ela não tem horário, mas tem ioga, análise, almoço com as amigas no Garden, sacou a parada?
- Babá só entra de branco no Garden?
- E é a única negra, fora neguinho servindo gin.
- Não sei como esses clubes não acabam.
- Cara, a gente precisa de uma segunda Abolição, mas é já. (COELHO, 2019, p. 29)

O fato de ela precisar usar uniforme para poder trabalhar de babá em um condomínio de luxo, na contemporaneidade, demonstra o peso da hierarquização

social. Isso porque, como ela mesma relata, negros só servem para servir aos brancos dentro dos espaços sociais mais altos. Esse é um tipo de violência que não é física, mas é cometida por alguém contra uma pessoa considerada como minoria, no caso, Noé. Através da imposição da roupa branca e de ela saber que está lá apenas para servir a alguém, a violência se faz presente.

O filósofo francês Pierre Bourdieu (1998) considera a violência simbólica como a coação apoiada no reconhecimento de uma imposição determinada. Pode ser econômica, social ou simbólica. Ela acontece baseada nas crenças no processo de socialização, fazendo com que as pessoas perpetuem um mesmo tipo de posicionamento social, que segue o padrão dominante e costumeiro. Ao existir a legitimidade dessa crença maior, existe a violência simbólica. Logo, esse tipo de violência também é um meio pelo qual o poder simbólico é exercido. Assim, Noé é afetada pela crença de que negros e mestiços devem vestir branco no trabalho, algo de conhecimento cultural e histórico que é imposto a ela por alguém de hierarquia mais alta. Essa pessoa, além de legitimar, propaga isso para outras pessoas. Nesse caso, Noé mostra-se incomodada com o fato, então já não é uma relação de violência na qual ela não se reconhece como vítima. Ela também pretende sair rapidamente do emprego, não permitindo que o poder simbólico se perpetue sobre ela, mesmo que ainda a afete.

A violência simbólica pode ser incluída no campo da violência cultural, como explicou Minayo (2013). Ambas reproduzem costumes, prejudicando um grupo de pessoas. Porém, como todas as violências possuem uma ligação, o uso de uniforme pode ser considerado uma violência estrutural. Quando os patrões obrigam Noé a utilizar uniforme, eles estão contribuindo para a manutenção da desigualdade social. Além disso, eles também estão reproduzindo costumes que segregam pessoas, nesse caso, negras. Por ocorrer dentro de uma relação burocrática de trabalho, por mais que Noé não seja contratada formalmente, essa reprodução é também uma violência institucional.

Por vários ângulos, Noé é acometida pela reprodução da cultura colonial, tanto que ela fala em uma “segunda abolição”, pois, no Brasil, a primeira não foi capaz de acabar com essa série de violências. Elas vão desde as mais sutis, ainda que extremamente nocivas, até as mais profundas, como a estrutural e institucional. Pode-se pensar sobre essa violência originária através desta declaração de Freyre (2006,

p. 82-83) quanto às questões criminais da época colonial: ele diz que eram punidos severamente crimes contra a igreja (blasfêmias) e feitiçarias amorosas, mas não eram punidos gravemente estupros, matar o próximo e desonrar as mulheres.

Para o Brasil, foram enviadas pessoas tidas em Portugal como “degredadas”, aquelas que cometeram algum crime. Foi esse tipo de pessoa que passou a constituir a sociedade brasileira e continuar a ficar impune aqui. Foi dessa sociedade que surgiu nosso sistema de governo. Então a personagem Noé ainda é refém de um Estado que segue deixando muitas situações impunes, de acordo com seus interesses.

Seguindo com a ideia de que as raças não são tratadas com igualdade, Noé precisa trabalhar para ajudar a mãe, pois são pobres e moram na favela. Ainda assim, ela é bolsista em Ciência Política na PUC-RJ. Embora seja um ponto fora da curva, o narrador logo declara sobre isso: “os não bolsistas pagam dois mil reais por mês, e têm irmãos mais velhos que podem pagar dois mil reais a uma babá extra para as folgas de Natal.” (COELHO, 2019, p. 27). Enquanto os colegas estudam despreocupadamente e têm o direito de tirar férias, ela precisa estudar, trabalhar e ter tempo para pesquisar sua monografia. Comparando essas duas realidades, não há tratamento igual entre as classes sociais ou raças, já que a mais empobrecida precisa esforçar-se o dobro. Dessa forma, seu estudo é afetado pelas consequências de uma violência estrutural legitimada pela institucional.

Esse processo é um reflexo da evolução de uma hierarquia branca e patriarcal, que mudou para um cenário social de heranças autoritárias no poder judicial, político e cultural, como aborda Adorno (2013, p. 75). Segundo Freyre (2006), que tinha a colonização portuguesa em alta estima, a divisão das raças foi natural. Porém, como *Casa Grande & Senzala* (2006) corroborou para o fortalecimento das crenças coloniais, esse natural era, para ele, positivo. Na verdade, é possível entender que “natural” não é sinônimo de “pacífica”. A divisão acabou por ocorrer de forma automática, através da segregação e de meios violentos de separação. Portanto, ao elevar o branco a uma posição de poder não legitimado pela população completa do Brasil, a hierarquização seguiu desfavorecendo quem veio da margem e continuou vivendo à margem, como nas favelas – negros, índios e mestiços. A desvalorização do negro e do mestiço, outrora escravizados, faz parte da realidade brasileira assim como faz parte do Brasil de *Deus-dará*. Boaventura pontua:

Às populações e aos corpos racializados não é reconhecida a mesma dignidade humana que é atribuída aos que os dominam. São populações e

corpos que, apesar de todas as declarações universais dos direitos humanos, são existencialmente considerados sub-humanos, seres inferiores na escala do ser, e as suas vidas pouco valor têm para quem os oprime, sendo, por isso, facilmente descartáveis. (SANTOS, 2018)

Na questão de sub-humanos, é possível encaixar o ambiente da favela. Noêmia é moradora do Complexo da Maré, retratado como: “um pouco maior do que Ipanema, e com o triplo de pessoas.” (COELHO, 2019, p. 23), ou seja, uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, por tratar-se de um aglomerado de diversas favelas menores. Em uma das cenas, Noé está voltando para casa e o narrador descreve passo a passo o que ela precisa fazer para chegar lá todos os dias:

[...] voltou do centro já perto das oito, saltou do ônibus junto ao Varandas para comprar cerveja, porque só o Varandas para não fechar no Natal [...]. Noé saiu com as cervejas numa sacola, subiu a pé até ao Cosme Velho, pouco antes da ladeira começou a chover, mas na esquina ainda havia um mototáxi, um cara chamado Moisés que ela conhecia de outras vezes. Se fosse ficção ninguém ia acreditar, pensou, Moisés me levando pra casa na noite de Natal. Moisés lhe passou o capacete extra e arrancaram morro acima, aquelas curvas que de noite ficam épicas, chuva furando a terra, trazendo o cheiro do fundo, a água escorria pela cara de Noé e pelo blusão de Moisés que ela agarrava com as duas mãos, sacola pendurada no braço, dois reais no fim da corrida como sempre, sem aumento de Natal ou de chuva, Noé pagou quatro, valeu Moisés, te cuida, feliz Natal. Felizmente, parara de chover, só uma pequena amostra de apocalipse, e Moisés arrancou de volta ao fundo da ladeira [...]. (COELHO, 2019, p. 293)

Nesse trecho, aparecem as primeiras dificuldades: o ônibus não chega perto de casa, então ela precisa caminhar bastante e pegar um mototáxi, já que a ladeira que a leva até o topo da favela é íngreme. Para dificultar, ainda chove e é noite de Natal. Porém, para ela e para o Moisés é uma noite como outra qualquer. Além de sub-humano, Moisés também sobrevive de um subemprego, sem carteira assinada, ganhando pouco e sem direito de aproveitar as festas. Nos momentos seguintes, ele volta a esperar por um novo passageiro e Noé segue seu caminho a pé, mas não sozinha:

[...] Noé olhou a fita de Natal em alguns barracos, por cima de um grafite, por baixo de uma janela de alumínio, sempre o lixo amontado na rua mas essa noite mais, ou só mais podre, alô ratinho, baratinhas, seus filhos de deus, que benção esse tal de Natal, quanto lixo gostoso, hem? [...] (COELHO, 2019, p. 293)

Que espírito natalino consegue competir com tal cenário? Como Boaventura (2018) abordou, são seres facilmente descartáveis os que ali habitam. Ela anda em meio ao lixo, aos bichos e tudo isso sempre aconteceu. Para um governo que não enxerga a problemática da desigualdade social, ratos, baratas e todos os amiguinhos

que ela faz pelo caminho valem tanto quanto ela e os outros moradores. Todos sem direitos, andando por ruas precárias e sobrevivendo aos dias, que são sempre tempestuosos, como o da cena descrita.

O principal fator-problema que a personagem Noé carrega é a simbolização da falta de dignidade, falta de respeito mútuo. Precisa sujeitar-se às violências e ela reconhece que está fazendo isso, como vemos na ironia com a qual ela trata os “bichinhos” pelos quais passa no caminho. Ela entende a precariedade da situação, mas não há o que fazer e o desejo da segunda abolição fica somente nisso, um desejo. Por enquanto.

Ainda sobre violência simbólica, Adorno comenta:

[...] certos comportamentos eivados de preconceitos contra grupos determinados — negros, migrantes, mulheres, pobres, homossexuais — dificilmente são caracterizados como crimes. Compreendem violência simbólica, pois agredem valores culturais relativos ao respeito mútuo e à dignidade das pessoas. (2013, p. 72)

Ao seguir seu caminho, Noé

foi descendo a rampa para chegar à primeira escada que leva a sua casa, aqui e ali um quadrado de luz no tijolo bruto, uma TV ligada, uma gargalhada, alguém empurrando uma porta de chapa, ficando em contraluz, o vale por uma fresta, as luzes lá em baixo, espécie de presépio ao contrário, pobres olhando de cima os ricos. Depois subiu os degraus de casa entre duas paredes estreitas, na escuridão de todas as noites, só pior quando chove e escorrega, passou a laje onde dona Creusa cria plantas, três vasos que já fazem de jardim, e o cão de dona Creusa tremia em cima do telhado como se visse tudo boiando, o fim do mundo a seus pés, Calma, cão, ainda não é agora, ainda estamos vivos, pensou Noé. [...] (COELHO, 2019, p. 293)

Essa longa descrição que ocupa quase duas páginas do livro físico faz com que a imagem de uma favela seja montada bloco a bloco, assim como Noé sobe bloco a bloco para chegar até sua casa. O narrador demora-se em detalhes pequenos, mas que compõem toda a diferença precária do ambiente: porta de chapa, sobe e desce por lajes e casas de outros moradores, poças de chuva, chão escorregadio e irregular. Tudo contribui para entender a falta de dignidade presente ali e o “estamos vivos” de Noé soa, inclusive, de modo irônico em meio a todo esse ambiente caótico que forma o seu “lar” e o de milhares de pessoas. Até o cão olha perdido e com medo para os becos escuros. Porém, a jornada dela não terminou ainda, como o narrador segue mostrando:

Chegando ao patamar de cima, conseguia ver a rua Cosme Velho no abismo, prolongada pela rua das Laranjeiras, uma avenida de luz, com pontinhos de cada lado, a montanha escura à esquerda, o Cristo ainda mais à esquerda, tapado. E quando abriu o portão de casa Lucas já estava lá dentro pondo a

mesa, a mãe de avental na cozinha, radinho ligado. Noé ficou parada, sentindo a roupa colada, o cabelo como lã úmida, reluzente da chuva, pensando que não precisava de mais nada, caralho, não precisava de mais nada e tudo daria certo enquanto aqueles dois estivessem ali. [...] (COELHO, 2019, p. 294)

Quanto mais aproxima-se de casa, mais afasta-se do ponto onde o Rio é maravilha. Ainda assim, ela enxerga conforto ao lado das pessoas que ama e, para ela, isso consegue apaziguar todo o esforço que teve até chegar naquele momento. O contraste entre ela, molhada e de cabelo bagunçado, e a casa, arrumada e com música, é forte e causa uma inquietação no leitor. É difícil acreditar que possa haver ordem onde tudo é desordem. Ainda que sejam tratados como sub-humanos, esses moradores continuam sendo humanos e vivendo suas vidas como podem. Ainda que lhes falte dignidade, na manhã seguinte eles precisam voltar àquele mesmo caminho para outro dia de trabalho.

Ao longo do trajeto, o narrador descreve mais as partes materiais, deixando claro como é difícil morar em um local como esse. Principalmente por causa da falta de acessibilidade nas “ruas” e de um transporte público que pudesse fazer a condução ali. Isso não existe, precisando do transporte ilegal, como o mototáxi de Moisés.

Pensando em Arendt (2004), o Estado não se interessa em promover uma qualidade de vida melhor a pessoas como Noé. Isso implica uma violência que é institucional. Logo, o equilíbrio entre povo e Estado não se faz, porque as partes vivem em constante estado de tensão. De certa forma, isso colabora para que atitudes ilegais tomem o espaço que o Estado deveria estar cobrindo. Além de fazer com que o Estado e a elite hierarquizada e assegurada por esse Estado tenham os marginalizados, pois eles vivem violências diárias e a qualquer momento podem voltar isso ao grupo não-marginalizado.

Como exemplo, esta cena na qual o narrador está falando sobre o Jockey Club e declara que ele não teve: “nem uma invasão de pobres desde então. Carioca está sempre no fio dessa navalha, o morro vai descer, partir essa porra toda, mas nunca desceu e na lógica governamental será o novo consumidor. Quando puder mudar para a Barra” (COELHO, 2019, p. 148). Portanto, para o Estado, o empobrecido só terá valor quando puder participar de uma classe melhor e ter dinheiro para frequentar os inúmeros locais turísticos caros do Rio de Janeiro.

Luiz Eduardo Soares, referência em segurança pública e Estado democrático, compactua com Arendt (2004):

Em outras palavras: a violência seria legítima quando empregada pelo Estado para proteger direitos e liberdades, evitando, portanto, a violência ilegítima. Também seria legítima aquela adotada por um indivíduo para defender-se da violência ilegítima. Em todos os casos, a ideia de proporcionalidade cumpre um papel central, uma vez que não se justificaria fazer a outrem um mal maior do que aquele que se procura evitar, em sendo possível calibrar a reação defensiva.” (2013, p. 87)

Sendo assim, o equilíbrio é essencial. No entanto, a questão histórica do Brasil impede a aplicação disso.

Sobre a escravidão, o narrador conta que: “Desenhador da Corte Portuguesa, Debret ressaltou diplomaticamente que o Brasil era a parte do Novo Mundo onde se trata o negro com mais humanidade. Mas em nenhuma parte do Novo Mundo havia tantos negros escravizados.” (COELHO, 2019, p. 358). Em números, o de escravos traficados para o Brasil passou de 4,9 milhões, além dos que morreram no percurso. Já nos Estados Unidos, para fins de comparação, o número de vítimas foi cerca de 389 mil (ROSSI, 2018).

Exponencialmente maior, a escravidão do Brasil foi uma das mais violentas de todos os processos colonizadores se não a mais. Isso prova que Debret estava enganado, sendo que ele mesmo retratou

como nas chácaras existia o tronco, instrumento de tortura que imobilizava os escravos pelo pescoço, pelas mãos e pelos pés; como a preguiça era reprimida a toda a hora com uma chicotada, ou enormes tabefes distribuídos de passagem; como nas chicotas em série o couro arrancava a pele à primeira, tornando mais dolorosa a continuação, até a chaga ser lavada com vinagre e pimenta, para evitar que apodrecesse; como o ato de comer terra era uma resolução heroica e desesperada, própria de nações negras apaixonadas pela liberdade [...] (COELHO, 2019, p. 358)

Como o colonizador que praticava todas essas violências poderia também dar a humanização a quem feria? Um ato exclui o outro. Assim como Boaventura (2018) havia escrito que, hoje em dia, também não há uma humanização dos povos negros e mestiços. De fato, ela ficou perdida entre o Atlântico. Não há humanização, pois, após a abolição, a desigualdade social e a diferença racial deu-se de forma extrema e o mesmo aconteceu com a desigualdade econômica. Inúmeros ex-escravizados foram segregados nos morros, sem seus direitos, sem salários e, inclusive, devendo para seus ex-donos. O resultado disso foi que tiveram de continuar trabalhando como antes da abolição, em troca de salários extremamente baixos ou nada. Porém, foram construindo suas vidas como podiam e, assim, vivendo na marginalidade e constituindo famílias que também passariam a viver desse mesmo jeito por gerações.

O Brasil continua vivendo o passado colonial e fingindo que não o faz:

O sangue não foi a sério, os mortos eram bonecos e não tiveram filhos. [...] Quarenta anos de democracia não parecem ter sido suficientes para iniciar uma reflexão alargada pós-colonial, com tudo o que isso implicaria de enfrentamento dos demônios, e transformação. (COELHO, 2019, p. 360)

Voltando para a Noé, a segunda abolição faz total sentido dentro desse contexto. A personagem não só carrega em seu sangue os 500 anos de história, como também ainda os revive todos os dias. Há também dois personagens-chave que se ligam à história dela e que estão cercados por violências.

O primeiro é Gabriel. Ex-morador do Alemão, conheceu Noé quando ela foi aluna dele na faculdade e é com ele que ela tem a primeira aparição no livro. Ainda novo, ele foi acertado por um estilhaço no olho durante um confronto entre traficantes no morro. Além disso, cresceu acostumado à guerra diária com a qual ninguém se importa: “cresceu com meninos que viraram gerente de boca, viu eles no Alemão começarem como foguete, avisando que a polícia vinha, passaram a aviãozinho, levando bagulho, eram meninos com quem soltara pipa [...]” (COELHO, 2019, p. 92-93).

A violência o seguiu, por mais que tenha conseguido sair da favela e estudar fora do país. Sendo assim, isso é um forte indício do quão marcante o ambiente violento é na vida de alguém. Ele trabalha com pesquisa, envolvendo a violência no morro e a polícia. Tal assunto está diretamente ligado a ele, como o narrador mostra neste trecho:

Seis meses para fechar um estado-geral da violência no Rio e semana sim, semana sim há um momento em que Gabriel pergunta por que aceitou esse treco, contrato, adiantamento, o cacete, vai devolver o dinheiro, cancelar o projeto. Aí, a polícia sobe o morro, rola morto, vingança, briga e Gabriel lembra. Aliás, lembra a cada manhã que olha no espelho, com seu único olho. Não dói, mas é ele pra sempre. (COELHO, 2019, p. 135)

Ele e Noé possuem uma amizade forte. Ele sempre a incentiva a seguir os sonhos acadêmicos e as revoluções que ela quer fazer. Em diversos momentos, mostra-se preocupado com ela, como quando ela engravidou por acidente, segundo mostra este trecho:

Noé só contou a Gabriel, logo dizendo que não era drama nenhum, faltava um trimestre para a graduação, ele estava mudo. Aí perguntou se era isso que ela queria, ela respondeu que era a última coisa que planeava, trepada de um dia que parecia sem risco, besteira pôr e tirar camisinha porque a menstruação mal terminara, nem ficou nervosa quando em dezembro não menstruou, comprou o teste de farmácia já com uma semana de atraso, queria descartar a hipótese antes de ir ao médico, achou que tinha algum

problema. Mas no momento em que viu a segunda linha teve certeza, não houvera plano e não havia dúvida: ia ter esse bebê. (COELHO, 2019, p. 82)

Gabriel segue querendo saber quem é o pai, Noé diz que é um cara qualquer da PUC, que ela conheceu em uma festa e com quem ela não quer mais contato. Ele pede para que ela repense a situação, pense sobre como criar a criança, se vai ou não falar com o cara. Gabriel também se preocupa porque Noé precisa “criar um filho aos 21 com graduação por terminar, mestrado emendando em doutorado, fora a segunda Abolição, mais a revolução.” (COELHO, 2019, p. 83). Portanto, ter ou não o bebê é uma escolha muito pesada a se fazer, mas ela pergunta a Gabriel se ele já havia engravidado alguém além da mãe do filho dele e ele diz que sim. Porém, uma era de Lisboa e fez um aborto legal e seguro, assistido pelos melhores médicos. A outra era do Rio e “tinham acabado no Miguel Couto com uma hemorragia depois da abortadeira, a moça com medo que a denunciassem. Noé disse que era só uma das razões para fazer uma revolução nesse país que vive ligado a sexo mas persegue mulher que aborta” (COELHO, 2019, p. 83).

Logo, é possível perceber que, a partir dessa conversa dos dois, surgem alguns tópicos polêmicos e recorrentes em debate: falta de educação sexual, gravidez precoce, falta de condições para criar a criança, ausência da figura paterna, legalização do aborto, abdicação de sonhos para poder levar uma gravidez adiante. São uma série de violências cometidas pelo Estado, já que Noé mesma declara que o país não se importa com questões de saúde pública.

Além disso, “Noé disse que sempre achara que nunca ia engravidar, que talvez por isso tivesse deixado para lá a camisinha, que se agora tirasse o bebê não correria mais o risco. Portanto, talvez tivesse de acontecer agora: esse era o bebê que seria para ela ter.” (COELHO, 2019, p. 83). Por esse trecho, percebe-se que ela não tem muito conhecimento sobre o próprio corpo e sobre educação sexual, embora esteja na faculdade. Esse comportamento também acaba sendo um reforço do que ela viveu na família, pois sua mãe a teve jovem e a criou sem o pai. Isso fez Noé crescer sendo uma mulher forte e posicionada, mas também cercada pela reprodução de um comportamento ligado à “cultura” do mais empobrecido. Dessa forma, essa cultura é fortificada e perpetuada pela falta de informação em espaços mais marginalizados, além da falta de uma educação básica de qualidade.

Ela mostra-se forte quando diz que “ia falar com o cara, mas com ele ou sem ele faria tudo o que era pra fazer, faculdade, roteiro, revolução, e criar esse filho. Então

vamos lá, pensa Noé” (COELHO, 2019, p. 83-84). Então acaba que ela terá que fazer sem ele, mas não porque ele a rejeitou, mas sim porque ela não conseguiu ver-se ao lado dele, tendo uma família com ele. O narrador explica isso: “o gato parece todo do bem, disposição, interesse. Só que um menino. Não consegue imaginá-lo em sua vida.” (COELHO, 2019, p. 121); e neste trecho: “Está sozinha, deixou Guga [o pai do filho dela] seguir no táxi, lá embaixo. Não viu sentido em subir o morro com ele. Não viu sentido em dizer que ia ter um filho com ele.” (COELHO, 2019 p. 131). Essas cenas demonstram o abismo entre as duas classes sociais, já que Guga é de uma família de classe alta e ela sabe que provavelmente não será aceita ou eles não darão certo. São ambientes diferentes, culturas diferentes, modos de viver diferentes. Talvez um não iria se acostumar com o outro. Então ela busca apoio em Gabriel e em sua mãe, que sabem o quão difícil será essa jornada.

Para exemplificar a questão da reprodução de um comportamento “familiar” e cultural, trago o seguinte trecho:

Noé e a mãe no degrau de casa, Corcovado nas costas, Pão de Açúcar na frente, trilha sonora: funk de putaria misturado com novela das sete, misturada com choro de nenê, misturado com birasca (meio boteco, meio mercearia). Favela nem sempre é morro mas sempre é ruído, saindo pelo zinco, pelo tijolo. O nome da mãe é Luzalina, todo o mundo chama de Luz, Adventista de sétimo dia desde que Noé nasceu. Têm só 18 anos de diferença, o que faz de Luz uma negra que ainda não fez 40, delgada como a filha, mas cabelo preso, óculos. (COELHO, 2019, p. 139)

A passagem mostra que a desigualdade entre as classes é uma violência que atrapalha quem é vítima dela em todos os âmbitos, como os vivenciados por Noé até o momento.

Pensando ainda na violência simbólica, podemos relacioná-la com a institucional, que, de acordo com Minayo (2013), é a reprodução de estruturas sociais injustas. Segundo Sérgio Adorno (2013):

Os efeitos da violência produzem danos à integridade física, psíquica, moral, aos bens materiais e simbólicos. Resultam em dor e sofrimento impostos por uns contra outros. Por isso, compreendem tanto dimensões objetivas — a morte de alguém, a perda de um direito, restrições à livre circulação inclusive de ideias — quanto experiências subjetivas. (p. 72)

Na parte II de *Deus-dará*, que se passa em 2013, o narrador passa pelas diversas manifestações contra o governo que foram realizadas no Brasil naquele período. Se o povo não está sendo ajudado satisfatoriamente pelo Estado que ele elegeu, como Arendt (2004) diz que deve acontecer, a violência irá emergir.

Nesse caso, no livro, primeiro acontecem os atos contra as medidas do governo. Por exemplo, a desocupação da Aldeia Maracanã organizada por Sérgio Cabral, que ordenou ao Batalhão de Choque da Polícia Militar a realização da retirada das pessoas que moravam lá. O governador “anunciou que iria transformar [o local] em Museu Olímpico, enfurecendo ativistas já em guerra contra a Copa, Olimpíada, remoções, ultimatos.” (COELHO, 2019, p. 164). O cenário já estava caótico no protesto, pelo motivo de os manifestantes não quererem que os índios fossem retirados do local: “Choque a disparar bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, radares sonoros, balas de borracha, arrastando manifestantes pelo chão” (COELHO, 2019, p. 165). Não demorou para que a polícia usasse de mais força para ter mais rapidez em sua tarefa, pois a internet e os manifestantes só cresciam: “O choque entrou de assalto, agarrando índios, arrastando-os à força. E no tumulto seguinte, com a polícia a lançar spray de pimenta a eito na multidão (índios defensores, procuradores, deputados, jornalistas, estudantes)” (COELHO, 2019, p. 166).

Nessa cena, há a representação da violência física, exercida pelo Estado sobre um grupo minoritário, os indígenas. Minayo (2013) diz que os movimentos, como o de resistência dessa cena, são a prova de que se pode desnaturalizar a violência cultural. Porém, sem o apoio do governo, o grupo menor sempre será prejudicado. Então, retomando a citação de Adorno (2013), essa atitude do Batalhão de Choque causou danos físicos, psíquicos e morais aos manifestantes e ao público ali presente, além de contribuir para o apagamento da cultura indígena.

Porém, o narrador não trouxe apenas a cena de um protesto; Noé estava nele, já que, com ou sem bebê, iria seguir sua vida normalmente, e foi afetada de forma direta e física pela polícia. O narrador descreve: “A 22 de março, estava ela a meio da sua 17ª semana de gravidez, barriguinha pontuda que de frente quase não se notava, 140 gramas de lá dentro, já abrindo os olhos, ainda escondendo o sexo” (COELHO, 2019, p.164). Ela estava lá fazendo filmagens, na distância mais segura possível para o bebê, até que “no tumulto seguinte [...] alguém de olhos a arder correu às cegas contra ela, e ela caiu para a frente.” (COELHO, 2019, p. 166). O ato violento da polícia ao expulsar os manifestantes fez com que Noé não tivesse tempo de recuar e proteger-se. “Quando Noé acordou, era já o protesto em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, transmitido na rádio que alguém escutava no corredor do hospital.” (COELHO, 2019, p. 166). Nesse rádio, ela ouviu o representante

do Batalhão do Choque dizer que os manifestantes começaram o tumulto, com fogo e agressões, e a polícia apenas estava protegendo a segurança pública. Na crônica *O Racismo*, Boaventura diz:

Um país sente-se confortável nos seus preconceitos racistas quando os governantes e as elites o reconfortam diariamente com mentiras e meias verdades sobre o comportamento racial que, pronunciadas com a autoridade pública, apenas subscrevem e sublinham o autoritarismo privado. (2014)

Expandindo um pouco para o preconceito contra os índios mostrado nas cenas acima, o governo, por meio do porta-voz do choque, reforça a mentira sobre o que realmente aconteceu no protesto, para continuar perpetuando aquela minoria como um grupo violento, à margem e que deve permanecer nela. Logo, eles estão fazendo um favor ao controlar essa parte da população. Porém, esse Estado deveria proteger a todos, mas faz o contrário quando toma atitudes como essa e acaba por afetar a vida de pessoas que não estavam diretamente ligadas ao problema. Se o Estado oferecesse a eles condições de moradia, não haveria ocupações ou protestos. Há a falsa sensação de segurança pública: a polícia mostra-se eficaz em seu papel de “controlar” aqueles que eles dizem não estarem controlados, de forma que as pessoas fora do ambiente violento sintam-se seguras.

O próprio narrador fala sobre a deslegitimação da luta do pobre feita pela mídia: “Quando a classe média foi a maioria na rua e jornalistas de carteira e contrato foram feridos pela polícia, a mídia tradicional empatizou com a rua.” (COELHO, 2019, p. 171). Assim como Gabriel perdeu o olho em um confronto com o qual não tinha nenhum envolvimento, Noé perde o bebê por estar protestando a favor da dignidade e do respeito aos indígenas. Ela ainda seguirá desamparada de qualquer estrutura institucional para superar os danos causados pela violência sofrida, já que “não haveria mais bebê” (COELHO, 2019, p. 167). Ela simplesmente vai para casa sangrando um pouco após passar rapidamente em um posto de saúde.

Durante esse evento trágico, Noé conheceu a segunda personagem-chave para sua jornada: Lucas. Foi ele quem a levou para o hospital quando ela foi atingida, porque estava a observando e viu tudo. Então os dois aproximaram-se mais, já que antes conheciam-se apenas de vista. Ele participa dos protestos com uma luta específica: “O seu combate é o Estado, ausências e violências, de Eldorado dos Carajás à Rocinha, de Marabá à Maré.” (COELHO, 2019, p. 174). Desse modo, Noé sente uma conexão com ele, pois ambos sabem “como a fome come por dentro”

(COELHO, 2019, p. 174) e é dele que ela fica grávida novamente e novamente sem querer.

Noé não imaginou que só fumar este cigarro já pudesse ser errado. Uma linha, negativo, duas linhas, positivo, como é que isso foi acontecer de novo? O período devia ter vindo no dia de Natal, mas tem vezes que atrasa, e por aí foi, 26, 27, 28, 29 de dezembro, nada. Então hoje de manhã Noé saltou da cama, desceu na farmácia. [...] (COELHO, 2019, p. 289)

O pai do bebê, Lucas, é uma personagem muito simbólica por ser filho de miscigenados e envolto pela violência desde novo. Ele perdeu o pai aos cinco anos, assassinado pela polícia no massacre de Eldorado dos Carajás, porque seu pai liderava o movimento Sem Terra. Cresceu em Marabá com a mãe, mas ela quis que fossem morar no Rio quando ela ainda não tinha quarenta e ele tinha dezenove:

Mudaram no começo de 2011. A mãe virou assistente da dona da casa em São Conrado, uma artista budista que desenhava plantas. O filho não precisou recorrer à cota de aluno de escola pública ou não branco para entrar na UERJ [...]. Dividiam o aluguel com os parentes no sopé da Rocinha, um piso térreo tão úmido que tudo mofava, caderno, sofá, lençol [...], tudo parecia possível. (COELHO, 2019, p. 65)

Além disso, sua mãe morreu em uma tragédia quando eles voltaram ao Amazonas em um Natal, para visitar familiares. Depois disso, logo que Lucas voltou ao Rio, fechou-se para o mundo e decidiu não falar mais, comunicava-se apenas por textos. Também se distanciou dos parentes que viviam no Rio e acabou virando morador de rua, mesmo sabendo que teria para onde ir. Porém, achou acolhimento quando os Irmãos da Oca do Cosme Velho foram até a cracolândia do Complexo da Maré e o convidaram para ir com eles: “Lucas decidiu que, sim, iria visitar a casa deles, lá no alto do Cosme Velho. Viu uma razão maior nisso, tinha a ver com a morte do pai, a morte da mãe, a infância na Igreja, mas também com estes quinhentos anos que mal começara a estudar na faculdade.” (COELHO, 2019, p. 69). Por causa disso, sua vida foi transformada pelos irmãos:

Um dos irmãos conhecia o dono de um prédio na Lapa, contrataram Lucas como ascensorista das 13h às 19h, setecentos reais de salário, mais trinta por cento de periculosidade, mais vale-transporte. Ele trancou a matrícula na UERJ, foi ficando. Precisava de um trabalho em que pudesse não falar por um tempo. (COELHO, 2019, p. 69)

É evidente a representação que ele carrega e a revolta em seus atos. Assim como também é em todo o ambiente cotidiano brasileiro que o cerca: violência, salários precários, subempregos para pessoas negras e miscigenadas, favela e os quinhentos anos de história colonial. Então, a relação amorosa dele com Noé tem um

peso grande, porque ambos vivem a mesma realidade dura. Além de serem sub-humanos (SANTOS, 2018), pelas condições em que vivem, Lucas possui um subemprego, como Noé também possuía quando era babá. Em sua maioria, são empregos destinados a pessoas de classes baixas, como é possível perceber na seguinte cena:

[Lucas] Tinha decidido rapar a cabeça quando acabasse o mural na esquina da avenida Brasil, ali onde os fantasmas do crack se acabam e as favelas da Maré começam. [...] prendera o espelho em um poste, e rapara a cabeça entre os anúncios SAIA JÁ DO ALUGUEL E COMPRE SUA CASA. Pois se a nova classe média brasileira são quarenta milhões, pode ser aliciada até junto à cracolândia, no meio de jardineiros, caseiros, porteiros, motoristas, ascensoristas, manobristas, garçons, babás, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, faxineiras, diaristas, folguistas, todos os que servem aqueles que em linguagem da favela são os bacanas, e em linguagem marxista são os burgueses da Zona Sul. (COELHO, 2019, p. 21)

Esse trecho aborda a desigualdade econômica através do olhar sempre tão atentos de Lucas e da crítica sempre bem elaborada do narrador. Além disso, a passagem destaca a discrepância entre um anúncio de casa própria em meio a uma favela, na qual nem aluguel algumas pessoas devem conseguir pagar, pois estão em situação de precariedade e sobrevivendo com subempregos. Boaventura aponta as violências vividas por grupos negros e mestiços como um novo colonialismo, no qual o *apartheid* ressignifica-se, como explica:

[...] Floresce em *apartheids* sociais não institucionais, mesmo que sistemáticos. Tanto ocorre nas ruas como nas casas, nas prisões e nas universidades como nos supermercados e nos batalhões de polícia. Disfarça-se facilmente de outras formas de dominação, tais como diferenças de classe e de sexo ou sexualidade mesmo sendo sempre um componente constitutivo delas. (SANTOS, 2018)

Como vimos até o momento, Noé é segregada nos espaços que entra, nos que trabalha, onde vive, em manifestações etc. Boaventura diz que “a elite, geralmente pertencente à raça branca e dominante, acaba deslegitimando os movimentos, dizendo que raças não existem, que não há discriminação racial, somente social.” (SANTOS, 2014). Porém, se há somente discriminação social, por que Noé sofre preconceito em todas as esferas? Ela deveria sofrer somente na esfera do social, não do racial. Então ela e Lucas mostram, através da realidade em que vivem, que esse *apartheid* existe e o problema é muito mais profundo do que uma desigualdade social.

Por culpa desse cenário, Noé fica nervosa quando pensa que irá de fato ter um filho, como mostra a cena a seguir:

Noé esmaga o cigarro no cimento, com fúria de si mesma e do sistema, esse Cristo cartão-postal, esse país que alimenta favela, esse negócio de mulher no Brasil, esse padrão hormonal, vontade de se jogar da laje só de fúria. Porque logo ela não pode tomar pílula sem aquela enxaqueca da porra, e porque logo ela engravida assim, usando camisinha quase sempre, só com uma relaxada de três dias após o período, mas não é suposto engravidar três dias após o período, filho de Deus, ou é? Alô você aí dentro da nuvem, não finge que não escuta, sabia que não tenho saco para essa pose de me-crucifiquem [...] (COELHO, 2019, p. 290)

A revolta dela é totalmente perceptível, porém não vem dessa gravidez. Na anterior, ela já pensava em questões de violência, em como criar um filho quando muitas outras mães perdem os seus para a violência do morro, da polícia, do Estado:

Desde setembro que pensava na chacina daqueles seis garotos da Baixada Fluminense, Christian, Douglas, Glauber, Josias, Patrick, Victor Hugo, auxiliares de pintores e de pedreiros entre 16 e 19 anos: num sábado saem de um campeonato de pipa para uma trilha de cachoeira que além de tatus, pacas e guatiricas está cheia de traficantes; confundidos com membros de uma facção rival, são sequestrados, torturados, mortos e enterrados; os corpos aparecem nus, de mordança na boca, enrolados em lençóis; têm cortes no pescoço, marcas de pancada com objetos, cada um levou três a cinco tiros [...] (COELHO, 2019, p. 81)

A brutalidade da descrição desse crime traz à tona todo o ambiente hostil que a favela pode ser, onde, assim como as pessoas estão seguras, não estão mais. Onde as mães têm medo de os filhos saírem de casa e nunca mais voltarem. Onde a polícia não entra e, quando entra, é para piorar a chacina. O narrador segue dizendo que os jovens eram de Nilópolis, sede da escola de samba Beija-Flor, que comemora o Carnaval como se nada disso tivesse acontecido. Então o narrador pergunta-se:

Onde estava no Carnaval de 2011 aquela mãe que no sábado da chacina foi procurar o filho e ouviu de um jovem traficante: *Tia, vou ser sincero, o Foca enterrou ele na mata*. Foram recém-chegados, todo o mundo se conhece num bairro de Nilópolis, nome tão brasileiro quanto Moisés ou Washington. (COELHO, 2019, p. 81)

O terror e a festa convivem. Do lado de fora, só se vê o Rio Maravilha, Copa; do lado de dentro, a realidade cruel que Noé transformou em informações anotadas, como:

Se a violência é a grande causa de morte antes dos vinte no Brasil, a Baixada é a região mais violenta do estado do Rio de Janeiro, grupos de extermínio pagos por empresários que querem segurança, disputas de território pelo que a Olimpíada move, absorção de traficantes em fuga [...] (COELHO, 2019 p. 82)

Tudo que ela vem pesquisando para o curso da faculdade, adicionado às gravidezes, das quais somente a segunda desenvolveu-se, são situações a se pensar e problematizar. São questões com as quais os pais que vivem nessa realidade

preocupam-se todos os dias. Além disso, Noé “se pergunta agora é se quer mesmo ter um filho com esse homem, um homem que não fala desde que perdeu a mãe há dois anos.” (COELHO, 2019, p. 292). Ela pergunta-se se a violência sofrida por Lucas afetará a vida dela e da criança e se realmente o ama. Continua:

E ela, que sempre pensou que não queria engravidar, e quando isso aconteceu por acidente abortou por acidente, talvez porque estivesse escrito que não fosse pra ter filho, engravida agora do cara que então a levou em braços. Será que afinal está escrito é que esse filho era só pra ser agora, porque esse cara é que era pra ser o pai dele? [...] (COELHO, 2019, p. 292)

Ele estar preso na morte da mãe é algo muito importante para as incertezas dela, mas a falta da fala também é.

No entanto, quando o livro segue para a parte três, no ano de 2014, a vida dos dois começa a mudar. Primeiramente, Lucas volta a falar após uma sessão de ayahuasca em uma tribo. Segundamente, Noé foi convidada

para concorrer como vereadora nas eleições do Rio de Janeiro em outubro, um lugar não elegível, para ganhar experiência, e que pela primeira vez pensou que talvez sim. Só que não nessa eleição, porque ia ser uma época bem ocupada, aí botou a mão de Gabriel na barriga, disse que já estava com três meses, acelerando no mestrado. Aliás, acabara escolhendo a maternidade como eixo da tese para falar de mulher negra no Brasil, as estupradas que fizeram o país mestiço, as que criaram os filhos dos brancos, as forçadas a abortar e as que morreram por abortar, as que hoje têm de dar mais tempo aos filhos dos outros para pagar as contas. (COELHO, 2019, p. 342)

Então a personagem, aos poucos, conseguiu transcender as esferas sociais que a segregavam, continuando sua carreira acadêmica. Além disso, a escolha do assunto para o trabalho dela é totalmente de acordo com a sua vivência se pensarmos na primeira gravidez, quando ela lembrou do caso dos seis meninos, as preocupações de uma mãe, a própria herança cultural dela e da mãe. Noé sempre teve o desejo de poder fazer algo a mais pela população como ela, tanto que participa de protestos e é engajada politicamente. O que não mudou nessa evolução, apenas intensificou-se. Agora ela tem uma perspectiva maior: fazer realmente parte da política. Enquanto isso não ocorrer, ela terá sua voz espalhada através do trabalho que escolheu fazer em sua dissertação.

Em seu estudo, ela informou-se que “Mães negras [...] foram contaminadas ao amamentar o bebê branco sífilítico, depois contaminaram o seu próprio bebê. O bebê branco era a extensão mais macia do colonizador, e podia já ser mortal.” (COELHO, p. 366). Doenças até então inexistentes no país. Enquanto o homem negro era

destinado ao trabalho braçal, as mulheres ficaram com a função de serem o ventre gerador dessa nova raça mestiça, que revolucionaria a colonização portuguesa. Evidentemente, foi uma linhagem nascida puramente da violência, como Noé irá pesquisar: o estupro, o aliciamento de menores, a prostituição e muitas outras formas degradantes às quais as mulheres negras foram submetidas. Além de tudo isso, eram vítimas do sadismo de seus senhores, da inveja das sinhás etc. Freyre (2006) mesmo diz:

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. (p. 70-71)

Para ele, foi algo produtivo. Para quem sofreu com essa violência, foi e ainda é devastador. Noé continua, então, com sua ideia sobre a segunda abolição. Além disso, segue sua vida com Lucas, que também teve uma melhora:

- Que horas você começa no estúdio? - pergunta Noé. - Muito cedo?  
 - Não, depois do almoço - diz Lucas. - Vai depender das gravações, mas a princípio os caras não trabalham de manhã.  
 - Bacana. Dá pra fazer o horário da manhã na faculdade, melhor que de noite.  
 - Se rolar essa matrícula.  
 - Claro que vai rolar.  
 [...]  
 - Sabe o que me deu vontade, vendo aquelas fotos de mulheres na escravidão? De entrar na política.  
 - Você quer dizer num partido. Ficou pensando naquele convite.  
 - Fiquei. Quando terminar o mestrado já posso trabalhar na eleição seguinte. Aí já não estarei amamentando.  
 [...]  
 - Mas, cara, pensa comigo, quantas mulheres tem na Assembleia Estadual? No Congresso Nacional?  
 - Tem uma no Palácio do Planalto.  
 - Tem uma presa no Palácio do Planalto. Refém de Brasília.  
 - É o que quero dizer. Esse sistema está podre. Não faz diferença ter uma mulher presidente.  
 - Por isso que não pode ser só uma. E quantas negras, você já contou? (COELHO, 2019, p. 373)

Nesse diálogo entre Noé e Lucas, há todas as perguntas que permeiam as ideias dela desde o começo do livro, fortalecendo a questão politizada e engajada dela. Noé não perdeu sua essência durante a narrativa, foi conseguindo enfrentar seus conflitos e ver um lado diferente da vida dura que leva. Karl Erik Schollhammer,

referência em estudos sobre violência e literatura, diz, em seu livro *Linguagens da Violência*, que

O indivíduo marginal sobrevive, assim, cruamente, sem ilusões nem sentimentos incômodos, com a brutalidade que o rodeia, encontrando [...] faíscas de esperança na vida que apesar de tudo aqui se desenvolve e tirando até algum proveito do conhecimento que esta realidade informal lhe oferece. (2000, p. 257)

Ao fim do livro, Noé e Lucas seguem sobrevivendo, por mais hostil que seja o ambiente no qual vivem. Nessa desordem que começa a ficar ordenada com a perspectiva de uma carreira e de um filho, ambos precisam sobreviver para que a criança tenha a chance de viver. Além disso, Noé quer que todos os filhos de todas as mães tenham a mesma chance e, para isso, ela fará o que estiver ao seu alcance. Dessa forma, não irá deixar de lutar pela sua posição na sociedade, ao lado dos amigos e da família. Tudo o que ela sempre precisou e que sempre bastou para tornar sua vida melhor, ainda que viva e reviva todos os dias a mesma problemática contra o sistema que a reprime.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da Noêmia, percebi os obstáculos que permeiam a vida de uma pessoa que vem de uma classe social desfavorecida. Ela é colocada por quem ainda domina o país em uma posição historicamente depreciada, já que é negra e nosso sistema estrutural brasileiro ainda é branco e patriarcal. Durante a análise, constatei que a desigualdade e o preconceito racial são duas violências que estão juntas, embora não necessitem uma da outra para existir. A personagem trouxe essas duas para o livro, associadas, e uma intensifica a outra.

Apresentei os acontecimentos contemporâneos brasileiros no que diz respeito às violências. No livro, as desigualdades sociais estão relacionadas ao pensamento colonial no Brasil, que ainda não foi abandonado, principalmente naquelas instituições que deveriam ser justas com *todos*, como o governo, o Estado, a polícia etc. “Todos”, no Brasil, dificilmente inclui a parte marginalizada da sociedade e, quando inclui, é para trabalhar em locais precários por exemplo. Isso foi mostrado nas cenas em que Noé fala sobre ser babá e Lucas consegue um trabalho dentro de um elevador. Enquanto isso, a personagem Judite, branca, é advogada, e seu irmão, Zaca, pode viver somente de pesquisa na universidade.

*Deus-dará* oferece muitos exemplos dessa realidade, que foram discutidos no capítulo com enfoque na Noé. Ela é a personagem que está intrinsecamente ligada a todos os acontecimentos de “denúncia” do livro: está lutando por seu espaço na universidade, vai a protestos, pensa em uma revolução, preocupa-se com o mundo e com o lugar que ocupa nesse mundo. Por isso, a herança colonial liga-se a ela de forma profunda, mais explorada do que com outras personagens negras do livro. Essas outras são, ao fim de tudo, também ligadas à vida de Noé.

Dentro do processo histórico abordado por Boaventura, Freyre, Schwartz e outros teóricos utilizados no decorrer dos capítulos dois e três, por meio de um sistema colonizador patriarcal e escravocrata, a sociedade brasileira foi formada de modo violento. Nisso, está a miscigenação forçada, a organização política autoritária, que privilegia os homens, e a enorme dualidade entre senhores e escravos. Isso, ao contrário de ser erradicado, foi reconfigurado e é o nosso sistema democrático atual. Os descendentes dos escravizados continuam enfrentando uma dualidade com os

brancos, agora entre favela e cidade. São marginalizados e obrigados a reviver todas as mazelas de um passado que continua muito atual. Embora isso aconteça de forma mais velada, ainda é extremamente prejudicial para quem é vítima do pensamento colonial, como foi abordado nas violências que Noé sofre. Ela passou de violências sutis, como a obrigação do uso de um uniforme branco, até violências graves, como a que a levou a perder o bebê. Dentro disso, estão todas as categorias que Minayo conceituou a respeito da violência: simbólica, cultural, institucional, estrutural etc.

Além de Noé viver na marginalidade, passando por situações degradantes, a personagem mostra como isso afeta outras pessoas semelhantes a ela. Por ela, a história de violência envolvendo Gabriel e Lucas ganhou páginas de reflexões na obra. Portanto, foi preciso citá-los neste trabalho, já que essas personagens compõem a construção da personagem que eu analisei. Suas histórias de vida estão, ou passaram a estar, ligadas por um passado e um reconhecimento daquilo que só pessoas como elas poderiam compreender totalmente. Todos são mestiços ou negros, empobrecidos e em busca de um lugar de fala que evidencie todas as questões problemáticas vividas por eles. Noé quer transgredir a barreira imposta pela hierarquia social, Lucas quer superar traumas profundos e o preconceito, Gabriel quer denunciar situações que ocorrem dentro da favela, com as quais ninguém mais parece se importar. Os três foram acometidos por mais de uma violência. Além disso: todos sofreram violências no corpo. Gabriel, no olho; Lucas, na fala; Noé, no útero. E todas foram consequência de atos de impunidade, situações pelas quais, na grande maioria das vezes, somente pessoas marginalizadas passam.

O local onde Noé mora também é muito importante. Ele a constrói, pois ela cresceu e educou-se lá. Dessa forma, ela também compartilha de questões como a falta de educação sexual, que é um dos reflexos de mais uma lacuna não preenchida pelo Estado: dar educação de qualidade para quem mora na favela. Ela mostra-se preocupada com situações que ocorreram e podem ocorrer novamente dentro desse ambiente, não só onde ela mora, mas também em todas as favelas. Isso acontece quando ela pensa sobre chacinas, o futuro de crianças e adolescentes, os conhecidos que estavam no tráfico e de repente sumiram. Inclusive, ela pensa em como será difícil criar uma criança em meio a tudo isso.

A personagem central deste trabalho é o desejo pela mudança, pela descolonização do pensamento, como pede Boaventura Sousa Santos. Ela fala em

uma segunda abolição, decide entrar para a política e trabalha em sua monografia e dissertação temas que são voltados para a recuperação de uma identidade que é diariamente rasurada. Com isso, ela tenta burlar o sistema colonial opressor que ainda vigora no Brasil e que também alimenta a violência nas comunidades. Consegue, então, posicionar-se sobre isso em sua vida acadêmica e profissional. Quando ela diz que há a necessidade de uma segunda abolição, ela assume uma visão crítica da sociedade, porque reconhece que a primeira não foi suficiente para acabar com a desigualdade e o preconceito racial. A partir disso, ela quer se envolver no que possa dar voz a sua comunidade.

Porém, ainda que Noé sofra com toda essa violência, ela consegue, justamente, transcender as barreiras e ser essa porta-voz. Por isso ela é “privilegiada” ao olhar de certas pessoas, mas, tomando conhecimento de toda a sua jornada, fica claro que isso não é um privilégio. Nunca deveria ser, afinal, as chances de estudo e trabalho de qualidade deveriam ser iguais para todos.

Ao fim de todo este trabalho, constato que Noé é uma peça muito importante no conjunto de violências que constituem o Brasil retratado em *Deus-dará* e espelhado no real, pois a representação da personagem no livro é uma voz que está começando a reverberar nas comunidades. Inclusive, segundo Alexandra Lucas Coelho, ela é uma personagem inspirada em Marielle Franco. De fato, há muitas características semelhantes entre as duas.

Ambas eram moradoras do Complexo da Maré, engravidaram cedo e não tiveram o pai da criança ao lado (com exceção da segunda gravidez de Noé). Marielle precisou desistir de estudar, enquanto Noé continuou. Após um tempo, Marielle conseguiu voltar a estudar e ganhou bolsa 100% na PUC, assim como Noé ganhou. As duas entraram já engajadas política e socialmente na universidade, destoaram dos colegas ricos, fizeram mestrado e Marielle seguiu carreira política após uma bala perdida ter acertado uma amiga, na Maré. Noé, na ficção, ainda está no caminho para isso, enquanto Marielle, na vida real, foi executada de forma violenta por não ter medo de expor suas críticas contra o Estado e, principalmente, contra as intervenções militares. Isso ocorreu em 2018 e até agora, 2021, não houve nenhuma pista sobre quem a matou<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Parágrafo elaborado a partir do artigo de opinião “Esta mulher, executada no Rio de Janeiro, ocupado por militares há um mês”, de Alexandra Lucas Coelho.

O Estado pode ter tentado apagar a repercussão que Marielle estava tendo por querer direitos a todos de forma igualitária, mas não conseguiu. Ao ser assassinada, Marielle despertou tantas outras Marielles: no mundo ficcional, como a própria Noé, e, principalmente, no mundo real. Cada vez mais o Brasil está engajado em lutas sociais e raciais. Pessoas negras e mestiças já não se contentam com a marginalidade e agora reconhecem seus direitos e os querem. Não temem mais o Estado e a população eletizada, que tentam as reprimir a todo momento.

Boaventura (2014) cita que só se pode superar o colonialismo quando o Estado e a sociedade participarem do processo de descolonização. A segunda abolição da qual Noé fala trata-se de uma tentativa real de olhar para os negros, os pobres e os menos favorecidos de forma que se consiga enxergar suas necessidades básicas. Além da humanização, é preciso dar suporte e recursos (BOAVENTURA, 2014).

Noé percebeu que o Brasil no qual ela vive, em *Deus-dará*, não evoluiu e ainda há muito o que mudar. Enquanto a hierarquia branca continuar a constituir a alta sociedade brasileira – como pessoas do poder público –, a população negra continuará sendo sinônimo de população empobrecida e continuará sofrendo pelas desigualdades sociais e raciais. Como disse Minayo (2013), a partir da violência estrutural, alimenta-se um sistema sem volta de separar ainda mais favela e cidade.

Sobre a necessidade de uma descolonização, finalizo este trabalho com uma passagem da obra *Deus-dará*:

Todos os impérios são uma história de violência, caberá a cada um atravessar a sua para ser mudado. Quando isso não acontece, o filho do que foi morto falará e o filho do que matou não conseguirá entendê-lo, porque o lugar do outro está por experimentar, nunca houve transformação. Quem teme deixar de ser quem é não vai saber quem foi nem quem vai ser. De olhos e ouvidos fechados aos espíritos, continuará a cobrir-se com as mesmas palavras. (COELHO, 2019, p. 360)

Noé fala. Cabe a nós aprender a escutá-la.

## 6 REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Violência e Crime: Sob o Domínio do Medo na Sociedade Brasileira, *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **Cidadania, Um Projeto em Construção**. Claro Enigma, 2013. p. 70-81.

ANDRÊS, Artur Domingos Santos. **O Conceito de “Violência” no Pensamento de Hannah Arendt**. Dissertação de Mestrado em Filosofia Geral. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2012.

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. [S.l.]: Sabotagem, 2004.

**ATLAS da Violência 2020**. Daniel Cerqueira et al., São Paulo: FBSP, 2020.

**ATLAS da Violência 2021**. Daniel Cerqueira et al., São Paulo: FBSP, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. *In*: NOGUEIRA: Maria Alice; CATANI, Afrânio. Escritos de Educação. São Paulo: Vozes, 1998.p. 39-64.

CANCELA, Helder Gomes. **O Exercício da Violência: A Arte Enquanto Tempo**. Lajes: Editora Companhia das Ilhas, 2014.

**DEFINITION and typology of violence**. World Health Organization, 2021.  
Disponível em: < <https://www.who.int/violenceprevention/approach/definition/en/>>.  
Acesso em: 24 de agosto de 2021.

DUARTE, André. **"Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt"**. Ensaio crítico a Poder e violência. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 81-94, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. ed. 51. São Paulo: Global, 2006. cap. 1. pg. 64-154.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde, *In*: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; NJAINE, Kathie. (org.). **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: EAD ENSP Fiocruz, 2013. cap. 1. p. 21-42.

MIRANDA, Ana. Desmundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROSSI, Amanda. **Navios portugueses e brasileiros fizeram mais de 9 mil viagens com africanos escravizados**. BBC, 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45092235>>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cor do Tempo Quando Foge: uma história do presente**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Colonialismo e o século XXI**. CEE Fiocruz, 2018. Disponível em: <<https://www.cee.fiocruz.br/?q=boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi>>. Acesso em: 11 de outubro de 2021.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira. *In*: MESSEDER, Carlos A.; RONDELLI, Elizabeth; SCHOLLHAMMER, Erik (orgs.). **Linguagens da Violência**. Rocco, 2000.

SCHWARCZ, Lilia K. M. **Usos e Abusos da mestiçagem e da Raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. [s.l.]: Afro-Ásia, 18, 1996. p. 77-101.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança Pública: Dimensão Essencial do Estado Democrático de Direito. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (org.). **Cidadania, Um Projeto em Construção**. Claro Enigma, 2013.

SOBRAL, Cristiane. **Ainda?** *In*: SOBRAL, Cristiane. Não vou mais lavar os pratos. Brasília. 2016, p. 73.